

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 15

(Sem revisão final)

7 de fevereiro de 2019

(17 h 11 m – 19 h 59 m)

Ordem do dia:

Audição do Coronel de Material Manuel Duarte de Amorim Ribeiro.

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Telmo Correia (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

Joana Barata Lopes (PSD)

Jorge Gomes (PS)

João Vasconcelos (BE)

Berta Cabra (PSD)

Leonel Costa (PSD)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos iniciar mais uma audição da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

Eram 17 horas e 11 minutos.

Hoje procederemos à audição do Sr. Coronel de Material Manuel Duarte de Amorim Ribeiro, a quem agradeço, desde já, a presença.

Nos termos regimentais, tendo sido atribuída a faculdade de o depoente proferir uma intervenção inicial, e tendo o Sr. Coronel confirmado que pretende usar da palavra, passarei, de imediato a palavra ao Sr. Coronel.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro** (Comandante da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército de 3 de outubro de 2016 a 30 de junho de 2017 e de 18 de julho de 2017 até 7 de outubro de 2018): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por saudá-los e informar que tenho o gosto em comparecer nesta Comissão para responder às questões que me queiram colocar. Prestarei os esclarecimentos possíveis. Procurarei ser claro, preciso e conciso, como na tropa.

De seguida, vou resumir a minha carreira militar. Tenho 35, 5 anos de serviço efetivo. Frequentei a Academia Militar entre 1984 e 1989, no curso de Serviço Material e segui o seu tirocínio para oficial durante o qual comandi um pelotão de recrutas e estagiei nas várias Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Serviço de Material.

Seguiu-se a frequência e a conclusão no Instituto Superior Técnico da licenciatura em Engenharia Mecânica. Após a conclusão da mesma, em 1993, fui colocado na então Escola Prática do Serviço de Material no

Entroncamento, onde desempenhei as funções de comandante da Companhia de Instrução.

Em 1994, fui colocado na Escola Militar de Eletromecânica, em Paço d'Arcos, onde desempenhei a função de adjunto do Diretor de Instrução e outras funções em acumulação na área do ensino.

Em 1997, fui colocado na Direção dos Serviços de Material, em Lisboa, onde estive até 2009. Nessa altura, e fruto de uma reestruturação, passou a designar-se por Direção de Material e Transportes, onde também desempenhei diversas funções.

Em 2009, fui colocado no Regimento de Manutenção, no Entroncamento, para desempenhar as funções de segundo comandante.

No final de 2010, regressei à Direção de Material e Transportes para chefiar, numa primeira fase, a repartição de apoio à manutenção e, posteriormente, a repartição de manutenção e sistemas de armas.

Entre 3 de outubro de 2016 e 8 de outubro de 2018, desempenhei as funções de Comandante da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército (UAGME), órgão de base do Exército, cujas instalações, na altura, se encontravam dispersas por Benavente, Destacamento de Manutenção da Ajuda, onde executávamos a manutenção de nível 3, manutenção mecânica, Destacamento de Manutenção de Paço d'Arcos, onde desempenhávamos a manutenção eletrónica, e por 42 paióis, distribuídos por Tancos, Campo Militar de Santa Margarida, Campo de Tiro da Força Aérea, em Alcochete, e no Depósito de Munições NATO, no Marco do Grilo.

Desde maio de 2017, em acumulação com o comando da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, fui nomeado como presidente da Missão de Acompanhamento e Fiscalização do Programa das VBR 8/8 *Pandur* II e ainda desempenho essa função.

A minha última colocação foi na Inspeção-Geral do Exército, desde 29 de outubro de 2018.

Agora estou aqui, como disse, para prestar todos os esclarecimentos que os Srs. Deputados entendam como necessários.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Coronel Amorim Ribeiro.

Hoje, conforme acordado, iniciar-se-ão as inquirições pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, sendo que, na primeira ronda, cada grupo parlamentar dispõe de até 8 minutos para colocar questões, às quais o Sr. Coronel responde diretamente.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Telmo Correia, a quem só interromperei quando tiver esgotado o tempo de que dispõe.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, interrompa-me sempre que quiser!

Cumprimento, em primeiro lugar, o Sr. Coronel Amorim Ribeiro, a quem agradeço a presença e as informações que nos deu na sua intervenção inicial.

Estava a ouvi-lo falar do que é possível e lembrei-me de uma situação, mais ou menos, famosa de um célebre comandante militar que dizia: «convém fazer o impossível, porque não os há, quando muito, às vezes, demora um bocadinho mais». Este será, provavelmente um desses casos, na medida em que demorará um bocadinho mais tempo até podermos chegar a conclusões sobre esta matéria.

O seu *curriculum*, pelo qual o cumprimento, demonstra-nos que é alguém com profunda experiência e conhecimento das realidades, e desta em concreto.

A Unidade de Apoio Geral de Material do Exército teve alterações, em 2006, e, nessa altura, punha-se a questão de ser ela própria a garantir a segurança do que era, no limite, da sua própria responsabilidade. Essa realidade foi alterada.

Pergunto-lhe se nos pode ajudar a perceber porque é que isso não foi assim, porque é que foi alterado, porque é que não foi a UAGME a ter os meios e os homens suficientes para garantir o que era, em primeira linha, da sua responsabilidade.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, como deve calcular, houve muitos pressupostos para que, numa primeira fase, a UAGME tomasse conta dos paióis. Isso era tradição quando os paióis se situavam na cintura explosiva de Lisboa, digamos assim.

Quando alguém decidiu que os paióis iriam todos para aquela zona que reunia todas as condições — e já li algo sobre isso —, pôs-se logo a questão do efetivo que era necessário para fazer a sua segurança. Claro que, estando a UAGME tão distante, como sabem, em Benavente, seria extremamente difícil destacar homens para fazer a segurança.

Por isso, alguém decidiu que a segurança seria feita pelas Unidades mais próximas da área de implantação dos Paióis Nacionais de Tancos. É o que tenho para lhe dizer.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Assim foi. Outra questão é a de que no documento que nos foi remetido pelo Ministério da Defesa Nacional, que é um documento de base e de reflexão desta Comissão, *Tancos 2017: Factos e Documentos*, encontramos a seguinte passagem: «Em março de 2016, a UAGME atualizou o plano de segurança, mas sem alterações significativas perante o estado das infraestruturas e dos meios complementares de vigilância. Constata-se, assim, que os planos de segurança existentes, mesmo já atualizados, não terão tomado na devida consideração o estado de degradação das infraestruturas e dos meios complementares de vigilância.»

Pergunto-lhe se concorda ou não com a afirmação de que não foi tido em conta o estado de degradação das instalações e, em segundo lugar, se, na qualidade de comandante da UAGME, se refletiu nessa circunstância e em alterações necessárias na própria NEP (norma de execução permanente), em função do que nos é dito.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, considerei o plano de segurança capaz de fazer face a qualquer ameaça. O plano de segurança tinha um plano de defesa associado que, perante uma ameaça que hipoteticamente se podia ponderar, permitia um reforço de forças de intervenção.

Não entendi... Mesmo com as condições físicas que aqui dizem degradadas, mas não as considero assim, digo apenas que eram menos novas, porque os materiais têm um ciclo de vida e ao fim de algum tempo há claramente oxidações, mas nunca vi redes derrubadas e outras coisas que levam à classificação de degradação.

Entendi que o plano de segurança não necessitava de ser atualizado, até porque, em 2006, houve adjudicações, visitas dos comandantes do Exército para se fazer obras que acabaram por ser feitas. Se não se fizeram mais, alguém vai ter de dizer porquê.

Mas não entendi que o plano de segurança, que inclui os procedimentos nas vertentes da segurança, tivesse necessidade de ser alterado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Coronel, o senhor presumiu que era suficiente, mas o que é um facto é que não foi.

Há aqui, pelo menos, um dado que me parece evidente, independentemente dos outros aspetos todos: a segurança daquela zona,

daquele perímetro, pressupunha a existência de uma utilização de videovigilância operacional.

Como ela estava inoperacional e irreparável há algum tempo, a pergunta óbvia é se, pelo menos, em relação à videovigilância esse plano não deveria ter sido adaptado a essa circunstância.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, uma vez mais digo que o comando do Exército deu uma prioridade máxima à instalação da videovigilância nos Paíóis Nacionais de Tancos.

Cheguei a ver o projeto na mesma e tudo indicava que ia arrancar em 2017. Pelo facto de o sistema de videovigilância efetivamente estar inoperacional há algum tempo era fundamental que o sistema de rondas fosse bem feito para dissuadir potenciais intrusões e, assim, colmatar essa eventual falha.

O delegado da UAGME que, diariamente, recebia a força que ia fazer segurança aos paíóis não se cansava de repetir os procedimentos que eles deviam ter, nomeadamente em relação às rondas.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Parece-me bastante evidente que essa adaptação teria de ser feita.

Em qualquer caso, diz-nos o Sr. Coronel que não havia um estado que levasse a uma preocupação de degradação. No entanto, tivemos informações, e pergunto-lhe se concorda ou não, que as portas e as fechaduras não tinham os requisitos de segurança exigidos. Era assim ou não?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Se me permite, gostava de desmistificar uma situação. O sistema de videovigilância não cobria todo o perímetro da área dos paíóis de Tancos, apenas um terço.

O sistema de videovigilância apenas cobria, e os Srs. Deputados que, eventualmente, foram à área onde estavam implantados os paióis, verificaram precisamente isso.

Quanto às portas, devo dizer o seguinte: as portas metálicas e as fechaduras que lá estavam claro que não cumpre o *state-of-the-art* dos requisitos, mas cumpriram a missão para a qual lá foram colocadas.

Há uma autoridade técnica no Exército que tem de estabelecer os requisitos destas portas, porque elas não podem ser feitas de um material qualquer. O material de que são feitas tem de evitar a projeção de fragmentos metálicos provenientes de eventuais explosões ou deflagrações.

Por isso, o que lá estava cumpria a missão. Se me dizem que deviam ser fechaduras de quatro, de cinco ou de seis entradas, não faço ideia. O que estava cumpria. E mais: para além das fechaduras e das portas metálicas, tínhamos o cuidado de selar os portões e de introduzir trancas pela parte de dentro.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Diz o Sr. Coronel que a videovigilância cobria um terço da área. Enfim, fico mais preocupado, porque está a dizer com isso que a videovigilância era inútil? Então porque é que se instalou um sistema que, aparentemente, poderia ser inútil?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — De acordo com os dados que pude apurar, na altura, as MEAF (munições, explosivos e artifícios de fogo) mais sensíveis estariam nessa zona. Foi o que pude apurar.

Tenho aqui uma fotografia, que posso mostrar, que os senhores devem conhecer, da área que, na altura, o sistema de videovigilância inoperacional desde 2000 cobria.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Desculpe interromper, Sr. Coronel, são cerca de 10 anos.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Exatamente.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Houve cerca de 10 anos para proceder a esta reparação e ela não foi feita.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — E tenho aqui também um diagrama, que vale o que vale, do que seria a videovigilância agora com câmaras que teriam alcance na ordem dos 180 m, com capacidade de *zoom*, de gravar em movimento e por aí fora.

Em 23 de novembro de 2016, houve reuniões várias na UAGME, com a presença do CFT (Comando das Forças Terrestres), da DCSI (Direção de Comunicações e Sistemas de Informação) e da DIE (Direção de Infraestruturas), em que o General-Chefe, na Diretiva n.º 129, deu prioridade a Tancos e a Santa Margarida.

Isto é o que tenho a informar sobre o estado da arte.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Coronel, continuando. Já falámos de portas, já falámos de fechaduras.

Cito um documento que nos foi remetido e apresentado pelo CEME (Chefe de Estado-Maior do Exército), ou seja, não é da Comissão: «a rede de segurança periférica encontrava-se degradada». Disse-nos, há pouco — foi o que percebi, não quero estar a imputar afirmações que podem não ser exatamente essas —, que, na sua opinião, não havia problemas de maior, no entanto, já teriam sido substituídos 880 m em 2017 e faltava substituir cerca de 1900 m, e isto parece-me um dado relevante, estando o próprio pavimento

exterior em muito mau estado de conservação e os para-raios inoperacionais e sendo necessária a sua substituição.

Portanto, temos um quadro, em geral, de alguma degradação, Sr. Coronel, quer queiramos, quer não, parece-me.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Como disse, degradação, para mim, é diferente. Havia equipamentos com alguma idade que, naturalmente, denotavam sinais de oxidação, mas nada disso, na minha opinião, seria classificado como «degradação».

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Coronel, já agora, além destes equipamentos, apesar de não valorizar muito estas referências e o estado de eventual degradação, soma-se sempre, e tem-se somado ao longo das várias audições que temos feito, a questão do mato envolvente. Em primeiro lugar, pela razão do risco que esse mato poderia envolver e, por outro lado, porque a existência de um mato significativo em volta teria efeitos muito negativos sobre a visibilidade.

Pergunto o que pode dizer-nos sobre isto. Era assim ou não? O assunto tinha sido tratado, reportado ou levantado? Qual era a situação em relação à vegetação em volta? Esta representava um problema de visibilidade?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, o que posso dizer-lhe é que reportei para o escalão superior e, numa audiência que o General Chefe do Estado-Maior do Exército da altura concede aos comandantes que assumem, reportei o estado dos paióis e solicitei a necessidade de desmatação desta área. Também referi que a UAGME, com os recursos humanos, materiais e financeiros de que dispunha, vinha fazendo a desmatação, nomeadamente nos taludes dos paióis e nos acessos.

Efetivamente, havia uma vegetação de maior porte que exige equipamentos pesados, cuja solicitação também tinha sido feita ao Regimento de Engenharia n.º 1, que é a Unidade que tinha os meios e estava habilitada a fazer essa desmatção e que a ia fazendo, dentro das suas possibilidades.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Coronel, diz-nos que reportou. Presumimos que o CEME foi alertado para essa mesma situação e a pergunta subsequente é óbvia: que resposta teve? Em que prazos? Que garantias lhe foram dadas de que esse problema por si reportado iria ser resolvido?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — O ex-General Chefe do Estado-Maior do Exército agendou uma visita de trabalho na UAGME, onde foi mais elucidado sobre esta temática. Isto ocorreu no dia 8 de março, emitindo depois um despacho e dando diretivas para ultrapassarmos estes problemas que aqui enunciei, ou seja, a substituição da restante rede periférica, além dos 180 m, a substituição do sistema de videovigilância, a substituição dos para-raios e a questão da desmatção.

O Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército fez um despacho em que terá desbloqueado parte destas necessidades.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Coronel, o que nos diz é curioso e interessante. Enfim, até porque, numa declaração produzida exatamente pelo ex-CEME, se dizia que havia um problema estrutural de supervisão e que, face ao estado das condições físicas dos Paióis Nacionais de Tancos, perguntava mesmo — e cito o anterior CEME — «Então, e as Unidades?! Ninguém diz nada!?!».

Portanto, a partir do momento em que o Sr. Coronel nos diz que não só foi reportado, como foi ouvido e que chegou até a existir uma visita e um

compromisso para resolver o problema, de facto, temos aqui, aparentemente, uma contradição entre quem pergunta se nas Unidades ninguém diz nada e as Unidades que acabam de dizer, designadamente o comandante de uma delas que não só disse, como teve uma reunião nesse sentido.

Isto, obviamente, desmente, também, na minha opinião — não deixo de lhe perguntar a sua —, a ideia que foi também transmitida, já depois dos acontecimentos, na visita com o próprio Presidente da República, de que haveria ali «muito desleixo». A frase é, mais uma vez, do anterior CEME Rovisco Duarte. Na sua opinião, havia ou não desleixo?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, respeito todas as decisões do meu General Chefe do Estado-Maior do Exército. O comandante da UAGME fez tudo. É o que tenho para dizer.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Já falámos do estado da situação. Pergunto-lhe, então, o seguinte: no fundo, de que meios é que dispunha a UAGME? O Sr. Coronel dispunha, como comandante da UAGME, de orçamento suficiente para proceder a algumas destas reparações? As despesas previstas para a recuperação, por exemplo, das vedações e do resto estavam estimadas ou não? Tinha havido proposta para o escalão superior de reparação ou de substituição destes sistemas que estavam avariados? A despesa estava quantificada? Qual era o ponto da situação em relação a isso? Que intervenção teve em concreto, enquanto comandante da UAGME?

Disse-nos genericamente, e bem, não vou insistir, porque percebo a sua resposta, quando disse que fez o que era possível. Mas poderia tipificar um pouco mais as intervenções em concreto?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, como disse, a UAGME tem uma dispersão muito grande. O

orçamento que lhe é dado para a vida de funcionamento corrente normal praticamente dá para pagar a água, a luz, a limpeza e pouco mais.

Portanto, para aquilo que o Sr. Deputado me pergunta teria de haver, claramente, verbas muito avultadas. Os próprios comandantes também têm competências para realizar despesas muito limitadas, como sabe. Por isso, apesar destas limitações todas, tinha um conjunto de militares que, por vezes, designava de «canivetes suíços», pois eles faziam tudo.

Tenho aqui uma listagem de coisas que fazíamos e que iam desde a instalação de aquecimento de águas sanitárias por painel solar, substituição integral da rede de águas, colocação de sistema de climatização na casa da guarda, pintura geral, substituição das camas, dos colchões, dos armários, enfim... É uma lista muito grande.

Dentro das minhas possibilidades, isto foi o possível. Tudo o resto foi reportado quer para o meu canal hierárquico e técnico, quer para o canal funcional. Como disse, aquando da audiência com S. Ex.^a o General Chefe do Estado-Maior do Exército, fiz-lhe chegar todas estas preocupações. Depois, realizou uma visita à UAGME, onde se fez acompanhar por uma série de entidades, todas elas relacionadas com a problemática da videovigilância, da rede periférica, dos para-raios e da desmatação.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Coronel, o tempo está a esgotar-se. Ainda teremos, provavelmente, uma segunda ronda, por isso deixarei o resto das matérias para essa altura. Termina apenas com uma pergunta.

O Sr. Coronel disse-nos aqui, contradizendo até a informação que tinha vindo do CEME, que tudo aquilo que era da sua competência transmitir, informar foi transmitido e informado. Ou seja, a Unidade deu todos os alertas, deu toda a informação. Por isso, mais uma razão,

seguramente, para que o Sr. Coronel, quando se deu a exoneração ter ficado particularmente surpreendido com essa decisão.

Pergunto-lhe se quer transmitir-nos como reagiu a essa decisão. Qual foi o conteúdo da conversa na altura? Qual foi a sua opinião e posição na conversa e o que lhe foi então transmitido pelo anterior CEME Rovisco Duarte? Qual foi a sua resposta?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, como já disse há pouco, respeito a decisão do General-Chefe, porque ele, ao tomar esta decisão, naturalmente, teria dados e elementos que não são do meu conhecimento.

Qual a reação? Não tive nenhuma reação. Houve uma espécie de *brainstorming* na minha cabeça, mas fica só para mim.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Coronel.

Segue-se, agora, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Sr. Deputado Jorge Machado, tem a palavra nos mesmos termos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de cumprimentar o Sr. Coronel de Material Manuel Duarte de Amorim Ribeiro. Agradeço, desde já, as respostas que deu.

Tive uma intervenção em Plenário que me impediu de assistir ao início da sua intervenção, não obstante tenho algumas dúvidas que decorrem da parte que ouvi, naturalmente.

Todos conhecemos o estado de degradação — não há outro termo — em que as instalações militares do Paiol Nacional de Tancos estavam. Não vou entrar numa discussão meramente semântica relativamente ao estado de degradação ou não, se pode ser classificado como degradação ou não.

A verdade é que, já o referiu, havia um problema infraestrutural, do ponto de vista das redes, estando uma boa parte delas estragadas. O sistema de videovigilância estava inoperacional, havia um problema de vegetação que era preciso resolver, condições de habitabilidade e vários outros problemas. Eu classificaria isto como um estado de degradação que importa resolver, mas a classificação é pouco relevante.

A certa altura, o Sr. Coronel disse que reportou ao Chefe do Estado-Maior do Exército e que houve uma reunião. Todos nós percebemos com quem foi, mas a pergunta, para que fique registado, é a seguinte: qual é o nome do Chefe do Estado-Maior do Exército a quem reportou, com quem reuniu e que, depois, emitiu o despacho de 8 de março?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Foi o Sr. General Rovisco Duarte.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — O Sr. General Rovisco Duarte emitiu um despacho a 8 de março de que ano?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — De 2017.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Portanto, o que o Sr. Coronel está a dizer-nos é que, efetivamente, foi emitido um despacho 3 meses antes do furto, para a reparação de um conjunto de problemas que foram detetados. É um facto relevante.

Esse despacho foi emitido onde? Em ordem de serviço interna?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Foi num apontamento que o gabinete do General-Chefe faz sempre que existem visitas de trabalho às Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — É público o despacho? Qual é o grau de conhecimento que existe sobre esse mesmo despacho?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, eu recebi esse apontamento.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — É um facto relevante, porque, efetivamente, termos um despacho nesse sentido, três meses antes do furto, o que não pode deixar de suscitar interrogações. A pergunta que queria colocar-lhe é a seguinte: por que razão, na sua opinião, não foi feito antes esse mesmo despacho e por que é que deixou arrastar-se uma situação que foi sucessivamente reportada?

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito já ouviu diferentes responsáveis de diferentes Unidades que alocaram recursos humanos para a segurança daquelas instalações. Todos, mas absolutamente todos eles, disseram: «Reportámos ao escalão superior hierárquico as insuficiências, os problemas de segurança, durante várias dezenas de anos». Como é que foi possível deixar protelar esta situação até março de 2017?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, no meu relatório de tomada de posse, de 3 de dezembro de 2016, e após ter efetuado várias visitas às instalações que pertenciam à UAGME — qualquer comandante tem a preocupação de ver todos os cantos da casa e eu nunca tinha estado nos Paióis Nacionais de Tancos, nem em Alcochete, nem em nenhum paiol — apercebi-me. E é evidente que isto já vinha de trás, não foi o Coronel Ribeiro que agora «descobriu a roda»!

Mas uma coisa é certa, o meu relatório de tomada de posse, de 3 de dezembro, alertou para estes problemas todos. E vou repetir: na audiência

que o General Chefe do Estado-Maior do Exército concedeu aos comandantes após a sua entrada em funções, obviamente, perguntou-me quais eram as minhas preocupações, ao que lhe respondi, tendo o Sr. General ordenado que fizesse um documento escrito para ser entregue no gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército.

Imediatamente, o Sr. General ordenou uma visita à UAGME, como eu já disse, nessa data, e foram, mais uma vez, detalhados com bastante pormenor os problemas e as preocupações do Comandante da UAGME. Daqui resultou o tal apontamento sobre o qual S. Ex.^a o General Chefe do Estado-Maior do Exército da altura emitiu um despacho.

É evidente que os Srs. Deputados sabem que as obras, as adjudicações, obedecem a regras cada vez mais rigorosas: é preciso fazer o caderno de encargos, é preciso financiamento, o tipo de procedimento... E, a dada altura, se não se prepararem as peças processuais do concurso, mais vale não o lançar, porque já não vai a tempo. Isto já para não falar dos recursos e de outras coisas que acontecem e que o Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu.

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Nós percebemos.

No fundo, o que nos transmite é que o CEME, General Rovisco Duarte,...

O Sr. Cor. Mat. Manuel Duarte de Amorim Ribeiro: — Se me der licença, em 2016, foram adjudicadas duas obras, nomeadamente o início da substituição da rede periférica, só a rede periférica — e eu considero que a rede periférica não estava degradada, tinha é problemas estruturais.

Se forem ver, a nova rede já tem na base um paredão e, a partir de dada altura, é que tem a rede. Portanto, se não houvesse uma vigilância apertada, facilmente quem quer que fosse poderia fazer um buraco por baixo da rede.

Mas eu não aceito que digam que a rede estava degradada, porque fui lá várias vezes. A rede estava enferrujada, exato, mas degradada?! Para mim isso é mais radical.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — É um conceito com algum grau de subjetividade que tem amplitude para diferentes interpretações, em função da sensibilidade de cada um. Esse é o ponto que aqui menos interessa, todos nós estamos em condições de avaliar se as instalações estavam ou não degradadas de acordo com a percepção que cada um tem da realidade que experienciou.

Percebi que o Sr. Coronel nos dá a entender que, na primeira reunião com o CEME General Rovisco Duarte, são apontadas insuficiências e é tomado um conjunto de decisões para as reparar.

A pergunta que lhe coloquei, e sei que a resposta que me deu é relativamente ao seu exercício, mas o Sr. Coronel é um coronel que está integrado numa estrutura que funciona hierarquicamente, sabe como é que ela funciona do ponto de vista doutrinário, é simples: como foi possível, como é admissível que numa estrutura destas, onde os problemas foram reportados, eles não tivessem sido resolvidos antes?

Repare, não deixa de ser curioso que três meses depois da realização do despacho tenha acontecido o furto. Isso tem significado, do ponto de vista do que estamos aqui a fazer.

Mas a pergunta centra-se no «antes» desta realidade: como foi possível ter havido mais de dez anos de degradação, com maior ou menor grau de subjetividade?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, não vou falar do que aconteceu antes da minha tomada de posse.

O que posso dizer-lhe é que temos diferentes direções logísticas, com autoridades técnicas bem diferenciadas, que tratam ou de obras ou de comunicações ou da manutenção ou do reabastecimento. Não há uma única entidade com autoridade técnica para realizar tudo isto.

Posso dizer-lhe que em relação à videovigilância é a DCSI (Direção de Comunicação e Sistemas de Informação), em relação às infraestruturas é a DIE (Divisão de Infraestruturas) e é preciso fazer o levantamento dos requisitos operacionais em conjunto com o Comando das Forças Terrestres, depois, os requisitos técnicos e, depois da harmonização disto tudo, sai um caderno de encargos para ser lançado o procedimento aquisitivo.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Analisando por esse prisma, o que está a dizer-me é que o General Rovisco Duarte foi diligente naquilo que lhe competia.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, qualquer um de nós faz o melhor que sabe e pode e não me passa pela cabeça que o nosso General não tenha feito o melhor, como eu e como todos nós.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Mas, Sr. Coronel, dez anos de espera é muito tempo para que, efetivamente, as reparações tivessem ocorrido. E não estou a assacar responsabilidades nem ao Sr. General Rovisco Duarte, que não exerceu essas funções durante esse tempo todo, nem ao Sr. Coronel, que também não as exerceu.

Há um problema de avaliação de responsabilidade que é maior, que ultrapassa o interveniente que está aqui, o Sr. Coronel, mas que tem de ser, naturalmente, tido em conta por parte desta Comissão, pois, efetivamente, é muito tempo de espera para uma intervenção numa estrutura crítica.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, não comento nem acrescento nada ao que já disse.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Face ao estado em que estava o Paiol Nacional de Tancos e todas as condições objetivas com que estava confrontado, era ou não ajustado ou ajustável uma alteração dos meios alocados à segurança daquelas instalações? Isto é, nós tivemos vários responsáveis, comandantes de Unidades que nos deram nota de que de há cerca de 20 anos para cá os meios, os recursos humanos alocados à segurança daquelas instalações são sempre os mesmos: os oito militares.

Ora, tendo em conta a degradação, o facto de termos deixado de ter videovigilância, a degradação, em maior ou menor grau, das redes, os problemas de vegetação que existiam, a pergunta é se não deveria ter havido um ajustamento dos recursos humanos à realidade concreta daquelas instalações.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, o Comando das Forças Terrestres, ao definir o dispositivo da força que fazia a segurança àquela área, naturalmente que teve em conta todos esses fatores.

Já disse aqui e repito: face ao facto de o sistema de vigilância estar inoperacional ou obsoleto, conforme queira classificar, e face às outras limitações que sabemos que existiam, o sistema das rondas era essencial para dissuadir eventuais intromissões.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Todos sabemos que o sistema de rondas já era o último recurso que tínhamos e, se calhar, do ponto de vista operacional, o único que tínhamos em estado de prontidão mais acentuado.

A questão que lhe coloco é por que razão não foi feito um ajustamento dos recursos humanos alocados às rondas. Isto é, em vez de termos oito militares termos 16 ou 24 militares, tendo em conta a ausência de videovigilância e a ausência das condições primárias de vigilância.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, eu não tenho dados para responder a essa questão, mas o que posso dizer-lhe é que a UAGME, em Benavente, que tem 12 armazéns, alguns com material de extrema criticidade, também não tinha esse efetivo para fazer rondas todas as noites. A questão é que não há efetivos. Eu também gostaria muito de os ter lá, mas não tinha. Mas garanto-lhe uma coisa: as rondas eram feitas.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não deixa de ser preocupante a sua afirmação, a dizer que não tem o efetivo que deveria ter e isso tem responsáveis e cá estaremos para fazer também essa discussão, em torno das responsabilidades, quer dos chefes, quer políticas, de quem assume sempre tarefas no âmbito das Forças Armadas e depois não tem recursos humanos para o que é essencial.

Sinceramente, o que cada vez mais me parece é que, relativamente aos recursos humanos, temos os chefes a assumir que estão sempre em condições de cumprir todas as missões, a assumir cada vez mais missões, nomeadamente até de proteção civil, os decisores políticos a decidirem missões, nomeadamente no estrangeiro, para os ramos das Forças Armadas e depois não se consegue aquilo que é essencial, que é a salvaguarda das instalações!

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Queria dizer ao Sr. Deputado que, quando cheguei à UAGME, também estávamos com o

problema da videovigilância e sacrificámos parte de algumas verbas para funcionamento corrente para, precisamente, pormos câmaras nos armazéns e sistemas de deteção.

Nos Paióis tal não é possível porque, como sabem, explosivos são matérias muito sensíveis e não pode haver eletricidade.

Mas, para colmatar essa insuficiência de recursos humanos, que é transversal a todo o Exército, como sabe, tivemos de tomar este tipo de medidas e foram tomadas.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não tenho mais perguntas a fazer-lhe, Sr. Coronel. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr., Coronel e Sr. Deputado Jorge Machado.

Segue-se agora a vez do Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Barata Lopes, nos mesmos termos, por favor.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sr. Presidente, quero cumprimentar as Sr.^{as} e os Srs. Deputados; quero cumprimentar, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Coronel Amorim Ribeiro e agradecer-lhe por estar aqui hoje connosco a prestar os esclarecimentos relativos ao assalto a Tancos.

Da parte do Grupo Parlamentar do PSD entendemos sempre, e eu, particularmente, também entendo, que importa fazer um enquadramento àqueles que recebemos aqui.

Já fomos ouvindo, ao longo destas semanas, como sabe, vários outros responsáveis a vários níveis, e convém sempre relembrar que o objetivo desta Comissão é apurar as responsabilidades políticas. O que queremos perceber

é quais foram as falhas que o Estado teve, por que falhou e até que ponto elas são sistémicas, também para que possamos não apenas perceber o que fazer para melhorar — visitámos os Paióis Nacionais de Tancos e o Campo Militar de Santa Margarida, porque, como sabe, os paióis agora já não têm lá o material.

Também queremos perceber de que maneira é que aquilo, que, na nossa opinião, foi uma intervenção política, de alguma forma, afetou, na gestão deste processo, o prestígio das Forças Armadas. E para nós é importante que também nesta Comissão se perceba que o Grupo Parlamentar do PSD tem como objetivo, tanto quanto possível, restaurar o prestígio das Forças Armadas e nós temos tido sinais e tivemos também nessa visita que fizemos aos Paióis de Tancos de que há, da parte do Exército, a vontade em colaborar e esclarecer, na medida do possível.

Com base nessa experiência que o Sr. Coronel tem e que também advém do facto de ter sido Comandante da UAGME durante o período do assalto a Tancos, gostaria de perguntar-lhe — apesar de saber que já lhe foram feitas algumas perguntas e tentando não repetir —, para que quem esteja a ouvir consiga também perceber, ainda que não domine o jargão militar e as metodologias que estão à volta destas questões da segurança dos Paióis, o seguinte: o Sr. Coronel disse-nos que, quando foi exonerado ou suspenso, enfim, não existe a figura da suspensão, mas foi dessa forma que ela foi apresentada, isso teria sido porque o ex-CEME, na altura, CEME, lá teria as suas razões. Creio que a expressão que utilizou foi «talvez tivesse informações que eu não tinha».

O Sr. ex-CEME disse, e creio que estou a citá-lo textualmente: «não quero que haja entraves às averiguações» e terá dito também que foi para não interferirem com o processo de averiguações.

O Sr. Coronel considera que era um entrave às averiguações?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Claro que não, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Quando terminaram esses 15 dias de exoneração/suspensão terá sido perguntado a cada um dos comandantes que tinha sido exonerado/suspensado se pretendia ir para outra Unidade que não a sua. Ninguém aceitou, o Sr. Coronel também não. Porquê?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Eu não tive esse tipo de proposta.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — A informação que temos é que o ex-CEME tinha perguntado a todos e que nenhum aceitou mudar de Unidade. A razão pela qual lhe faço esta pergunta é se sente que isto vem reforçar a ideia de que não falhou na missão que estava a cumprir e, por essa razão, teria querido voltar à Unidade.

Terá sido passada uma informação que não corresponde à verdade, mas isso agora não importa ver aqui com o Sr. Coronel. Pergunto-lhe: se lhe tivesse sido colocada essa possibilidade e, aparentemente, não foi, teria mudado de Unidade?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Obviamente que não.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Porquê?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Porque, como já aqui disse e testemunhei, fiz tudo o que estava ao meu alcance para mudar o estado da arte da Unidade conforme a encontrei.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mudar o estado da arte porque entende que ela não estava à altura de assegurar a segurança?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — A parte dos Paióis de Tancos obviamente que não, nomeadamente pela questão da videovigilância. E tendo eu dito que, na UAGME, tivemos de instalar câmaras e alarmes anti-intrusão, face à escassez de recursos humanos, claramente, tínhamos de apostar na videovigilância.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Disse também há pouco que não entendia que estivessem degradados, explicando até que ponto é estar degradado ou não estar degradado, mas o que está a dizer é que, apesar de entender que as instalações não estavam degradadas, julgava que, com os meios que tinha, não era possível assegurar com efetividade a segurança dos paióis.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Exatamente!

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Já lá voltamos, até porque quero perceber de forma mais coordenada como é que foi essa comunicação. Mas o que também queremos perceber é o seguinte: sendo que globalmente o plano de segurança de janeiro de 2016 refere que a segurança física e eletrónica depende da UAGME, o que é que isto significa?

A ideia é tentarmos perceber toda a responsabilidade para que cada um também saiba do que é que estamos a falar.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr.^a Deputada, eu, sinceramente, não tinha a missão de fazer segurança a paióis. Na minha missão não estava implícita essa tarefa.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mas se o plano de segurança de janeiro de 2016 refere que a segurança física e eletrónica depende da UAGME... Aliás, não apenas de acordo com o plano de segurança, mas também da informação que recebemos quando visitámos os paióis, num documento do Exército. Então, em que é que isso consiste?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — A leitura que faço da missão que tinha é a manutenção da área de implantação dos paióis de Tancos, nomeadamente a questão da rede, da videovigilância, da área administrativa, onde está o pessoal da guarda, e a desmatação na zona dos paióis e dos acessos. Isso, para mim, é que é a segurança física; agora, como é que ela era executada não era missão da UAGME.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Porque era das outras quatro Unidades...

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Era da Brigada de Reação Rápida (BrigRR), garantida através de quatro Unidades que os Srs. Deputados sabem: o Regimento de Infantaria n.º 15, o Regimento de Paraquedistas, a Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida e o Regimento de Engenharia n.º 1.

Mas tinha lá era um delegado nos paióis, que estava colocado na Secção de Paióis que, quando a força se apresentava às 8 horas e 30 minutos ou às 8 horas, dava instruções muito claras sobre a NEP que regulava os deveres do sargento da guarda.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — E esse delegado estava lá em permanência?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Estava das 8 horas e 30 minutos às 17 horas.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Essa foi uma questão que, de alguma forma, foi levantada ontem, mas não terá sido completamente entendida e, como o Sr. Coronel era comandante na altura do assalto a Tancos, é, talvez, a melhor pessoa para nos responder.

A questão é a seguinte: se esse delegado da UAGME estava das 8 horas às 17 horas e se a indicação que temos é que só se percebeu que tinha havido um assalto às 16 horas e 30 minutos do dia seguinte, não terá falhado aqui alguma comunicação?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Não, Sr.^a Deputada.

Como sabem, o paiol de Tancos tem duas chaves: tem a chave do portão principal e, depois, tem a chave do portão que dá acesso aos paióis. Sempre que o meu pessoal quisesse ir aos paióis para proceder ao fornecimento de alguma requisição, que nos era enviada, tinha de pedir ao sargento da guarda para que abrisse o portão de acesso aos paióis.

Portanto, não tínhamos como missão fazer rondas aos paióis. Aquela porta, para nós, é uma porta classificada e não podemos aceder a ela sem que

tenhamos uma necessidade objetiva de ir aos paióis, aos nossos paióis. Não sei se me fiz entender...?

Portanto, temos uma parte administrativa, que está ao lado da casa da guarda, com um sargento e três civis, e quando recebemos as requisições de munições, que são feitas pelas Unidades, ou quando recebemos uma ordem superior para fornecer essas munições, vamos buscar as munições aos paióis para a zona administrativa, para, por sua vez, as Unidades irem lá buscá-las.

Portanto, o meu pessoal só ia aos paióis quando havia necessidade de abri-los e tirar munições.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Coisa que não aconteceu durante aquele dia...

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Não.

Eu, por exemplo, tenho aqui uma média indicadora e nós em Tancos só fornecíamos entre 20 a 30 requisições, o que é manifestamente pouco, porque as munições mais consumidas não estão naqueles paióis. Aquela era uma reserva que tínhamos.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mas, já agora, quando diz que só iam aos paióis quando havia requisições e explicou agora a periodicidade, tinham a chave daqueles paióis, ou...

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Não, as chaves dos paióis, dos 15 paióis, estão na nossa posse, guardadas num cofre e há um protocolo que tem de se seguir de cada vez que se vai a um paiol, nomeadamente identificando o selo que se cortou, quem abriu, quem não abriu, qual é o selo que se colocou. Tudo é numerado e registado.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Só a UAGME é que tem essas chaves?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Dos 15 paióis só a UAGME é que tem essas chaves.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — E, portanto, nesses 15 estamos a incluir os paióis 14 e 15 que foram assaltados?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Não, não, não!

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Então, o que queremos perceber é quais são as regras relativamente aos paióis que foram assaltados.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Eu não tenho o conhecimento pleno da situação, mas aquilo que me foi dito e do que me apercebi foi que sempre que o Regimento de Engenharia n.º 1 ou o Regimento de Paraquedistas queriam ir aos seus paióis diziam ao sargento da guarda: «Vamos aos paióis». E iam aos paióis deles.

Portanto, a UAGME não tem absolutamente nada a ver com os paióis 14, 15, 16 e por aí fora; só tem a responsabilidade dos 15 paióis, que são 14 paióis e um paiolim... Aliás, a diferença é que um paiol é, digamos, uma infraestrutura mais fortificada para armazenamento longo e um paiolim é uma infraestrutura para um armazenamento temporário e de um quantitativo pequeno de munições.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Imagine que nos paióis 14 e 15 estava um conjunto de materiais. Quem tem o registo desses materiais, as

entradas e saídas e as requisições? Por exemplo, se, no inventário, houver material que sai para exercícios ou para formação e se, depois, regressa é a UAGME que tem acesso a esse tipo de informação e faz esse registo?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Não, Sr.^a Deputada.

A UAGME não tem acesso a esse tipo de informação, nem tem de ter, porque isso já são munições que foram fornecidas à Unidade e, portanto, ela é a responsável por tudo o que acontecer. A partir do momento em que as Unidades levantam as munições, elas são as responsáveis por tudo o que acontecer.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Voltando, agora, à questão das condições de segurança, disse há pouco, creio que a expressão foi esta, mas não quero citá-lo erradamente, que «qualquer comandante tem a responsabilidade de conhecer os cantos à casa». Disse que não conhecia os Paióis Nacionais de Tancos, mas, quando assumiu essas funções, fez até mais do que uma visita.

Depois, da ideia com que fiquei da cronologia que aqui nos transmitiu, terá feito uma avaliação, terá escrito um documento e, depois, isso originou uma visita. Ora, eu gostaria que nos explicasse, do ponto de vista cronológico, como é que foi a partir do momento em que fez a visita e fez a sua avaliação das condições? O que é que se seguiu?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr.^a Deputada, não só visitei os paióis de Tancos com o meu Estado-Maior como visitei outras dependências, nomeadamente o destacamento de Paço d'Arcos, da Ajuda, os paióis de Santa Margarida... Enfim, já percebeu que era uma dispersão muito grande.

Em 3 de março de 2017, Sua Excelência o General Chefe concedeu-me uma audiência onde foi alertado para estas preocupações todas que o comandante da UAGME tinha.

Em 7 de março, o Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército decidiu efetuar uma visita à UAGME para se inteirar melhor de todas estas preocupações do comando e essa visita ocorreu no dia 8, tendo, fruto da mesma, o Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército exarado um despacho no apontamento que eu já referi.

Portanto, esta é a cronologia dos factos.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sr. Coronel, após o assalto – e já tivemos oportunidade também de visitar o Campo Militar de Santa Margarida – houve uma transferência de material. A decisão de transferir o material foi uma decisão técnica ou foi uma decisão política?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr.^a Deputada, eu, neste momento, não tenho uma opinião formada sobre as razões pelas quais foram deslocalizadas as munições de Tancos para os outros paióis que temos.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Na sua opinião e estou a pedir-lhe a sua opinião, porque é uma opinião informada — quando visitámos as instalações, tivemos também oportunidade para falar sobre isso —, atendendo a que foi feito um conjunto de coisas, foram alteradas as condições de segurança e as munições foram transferidas para o Campo Militar de Santa Margarida, era necessária essa transferência? Ou isso foi uma forma de – e parece-nos que corremos esse risco –, de alguma maneira, tentar fazer esquecer o assalto que tinha ocorrido em Tancos?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr.^a Deputada, estou convencido de que o facto de se terem começado a fazer obras em Santa Margarida terá sido decisivo, porque era um investimento menor do que aquele que teria de ser feito em Tancos. Daí ter sido feito o esvaziamento dos paióis de Tancos, o que não quer dizer que os paióis tenham sido desativados. Os paióis não estão desativados, tanto assim que anda lá uma força... A minha opinião é esta.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mas essas obras só aconteceram depois dessa decisão? Ou já estavam iniciadas a um nível de poderem assegurar o material que era transferido?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — A informação que tenho é que elas já tinham começado, tal como em Tancos, só que a um ritmo mais acelerado. É a informação que tenho.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — O que significa que Tancos não era uma prioridade, porque se...

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr.^a Deputada, quem atribui as prioridades não é, claramente, o comandante da UAGME, é alguém que gere o património do Exército, que é vasto, como sabe, e como o orçamento é sempre um recurso escasso, tem de se gerir. De facto, existe um plano de obras e, depois, há prioridades que alguém atribui, que não eu.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Queria perguntar-lhe se, na sua opinião, essas prioridades teriam sido bem definidas, mas também não quero colocá-lo nessa...

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Vamos lá ver: quando os paióis de Tancos foram edificados eram o *state-of-the-art* e estou convencido de que eles reúnem todos os requisitos para comportar e para terem lá as munições, explosivos e artifícios de fogo que venham a constituir a reserva de guerra do Exército.

Mas, é preciso, face à escassez de recursos humanos e uma vez que não é possível manter o efetivo da força necessária mínima, apostar nas novas tecnologias, obviamente, como toda a gente sabe.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — No limite, as obras deveriam ter sido feitas em Tancos, talvez, em detrimento de no Campo Militar de Santa Margarida?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Eu, se tivesse informação sobre custos e prazos de execução das obras, talvez pudesse dar mais algum dado adicional.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Uma das coisas que observámos – e houve aquela célebre expressão da «caixinha» e da questão do material e da perigosidade do mesmo – foi a forma como se tem tratado essa questão do material, que, pode, às vezes, parecer uma desvalorização que também nos parece imprudente.

Relativamente ao material que foi roubado, já sabemos que algum estava obsoleto, na medida em que tinha ultrapassado a data do fabricante, ou seja, a data em que o fabricante garantia a segurança do militar que utilizava o material, mas isso não invalida que esse material não pudesse ser utilizado.

Então, o que lhe pergunto é: como é que classifica esse material do ponto de vista da perigosidade? Ou seja, se esse material é usado por alguém mal-intencionado, porque se parte do pressuposto que é alguém mal-intencionado que vai assaltar e roubar este material, que tipo de perigo é que envolve a sua utilização?

É que quero perceber se esta desvalorização de que era, enfim, uma caixinha ou outra, e que se podem fazer explosivos em casa – e estas foram coisas que já fomos ouvindo –, faz sentido. A nós, parece-nos que não.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr.^a Deputada, não tenho dados que permitam fazer um juízo de valor sobre o que é que, na altura, foi referido... Não sei se havia munições, se eram explosivos...

O que sei é que as munições são artigos letais – não estamos a falar em munições de salva estamos a falar de munições reais – e os explosivos, que pela sua definição são substâncias que se decompõem rapidamente com uma elevada libertação de energia e de pressão, sendo usados para fins menos adequados é evidente que têm um grau de perigosidade elevado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Segue-se agora o Grupo Parlamentar do PS. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Gomes.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de cumprimentar o Sr. Coronel Amorim Ribeiro, agradecer a sua vinda a esta Comissão e manifestar, em nome do Partido Socialista, a vontade que temos de esclarecer o que aconteceu em Tancos, sem molestar, de forma alguma, as Forças Armadas. Pelo contrário, queremos ver se lhes

damos mais força e se mantemos a credibilidade que sempre tiveram e têm junto do povo português.

Sr. Comandante, durante o período em que comandou a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, as questões da segurança que estavam à sua responsabilidade eram de máxima prioridade ou eram de prioridade limitada?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, no que diz respeito aos paióis, claramente, era uma questão de alta prioridade.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Quando iniciou o período de comando, em que situação de segurança física estavam os paióis e os paiolins? Em termos de segurança física, na sua visão e na sua opinião, enquanto comandante da Unidade de Apoio Geral, qual era o estado?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, como já tiveram oportunidade de verificar, tínhamos duas redes metálicas, uma exterior, com arame farpado, e outra interior.

Das visitas que fiz, nunca detetei quaisquer buracos, quaisquer sinais de degradação. Notei, efetivamente, muita corrosão e, dada a avançada idade das mesmas, além do facto de não reunirem os requisitos que o Sr. Deputado sabe, era lógico que fosse proposta a sua substituição.

Para além da rede periférica exterior, com arame farpado, e da rede interior, tínhamos um sistema de iluminação que, à noite, auxiliava — e de que maneira! — o pessoal que fazia rondas. Só de noite, *ok*?

Claro que o sistema de deteção de movimentos já estava há muito tempo fora de serviço.

Depois, tínhamos também um sistema de combate a incêndios, para fazer face a qualquer situação de incêndio.

E, para mim, as portas metálicas também faziam parte da segurança dos paióis.

Claramente, a preocupação era o sistema de videovigilância, porque, pelo que sei, no sistema de deteção de movimentos, qualquer pássaro, qualquer animal que, eventualmente, atravessasse aquela zona fazia logo disparar o alarme. Era uma situação embaraçosa para quem estivesse de serviço, porque estava sempre alerta.

Portanto, entendo que o sistema de videovigilância era, realmente, a prioridade das prioridades.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Quando o Sr. Comandante refere que, no dia 3 de março, foi recebido pelo CEME e lhe demonstrou as suas preocupações relativamente à segurança dos paióis e que, depois, no dia 7 de março, o Sr. General CEME visitou as instalações e fez despacho para que houvesse determinadas intervenções em toda a área dos paióis, isso quer dizer que era perceptível a insegurança em que estavam os paióis?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Há uma correção a fazer: o Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército visitou a UAGME no dia 8 de março para se inteirar das preocupações do Comando e, obviamente, era importante fazer qualquer coisa.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Segundo percebi das respostas que deu à Sr.^a Deputada, o Sr. CEME visitou os Paióis de Tancos na sequência da audiência que teve consigo, no dia 3.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — O Sr. General Chefe fez uma visita não a Tancos, mas à UAGME, durante a qual o Comandante e o Estado-Maior fizeram uma apresentação ao Sr. General Chefe e sua comitiva, alertando para a situação real das instalações dos Paíóis de Tancos e outras, mas, por coincidência, nas de Tancos.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Quantas vezes é que o Sr. Comandante recebeu informação ou teve conhecimento, por escrito ou informalmente, sobre situações de degradação das condições de segurança e falhas ao nível da operacionalidade da segurança, por parte dos comandantes das unidades ou da Brigada de Reação Rápida, que coordenava a execução dessa segurança?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, tenho alguns relatórios dos sargentos da guarda.

Vou dar o exemplo de um de fevereiro, que nada diz, apenas que as dependências se encontram em razoável estado de conservação e a carga foi conferida.

Tenho outro de março, que também em nada faz referência à degradação das instalações.

Tenho um outro de 26 de junho, que diz apenas que as dependências se encontram limpas e a carga foi conferida.

Mas sei que havia comandantes da guarda que, nas ocorrências e no estado das instalações, falavam claramente da questão da videovigilância e o meu oficial de operações, segurança e informações trazia-me a despacho todos esses relatórios, com essas anotações.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Vejo que, nos relatórios — pelo menos, os que citou —, o estado é normal.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Exatamente, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O estado é normal.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — O estado é normal.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Então, se o estado é normal, qual é a grande preocupação do Sr. Comandante em relatar ao CEME que o estado é anormal? Ou fá-lo com base em quê?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Atenção, Sr. Deputado, que estes relatórios já são posteriores à visita de 3 de março.

Só estou a dizer que havia relatórios que, efetivamente, alertavam para a situação do sistema de videovigilância, em concreto. Agora, tudo o que era sensores, rede, etc., nunca era reportado, embora eu soubesse, por experiência, por, empiricamente, lá ter ido, que era uma necessidade.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Alguma vez lhe foi proposto o encerramento dos paióis por falta de condições de segurança? Ou o Sr. Comandante propôs o encerramento dos paióis de Tancos?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Em 1987, a autoridade e a responsabilidade técnica da gestão dos Paióis Nacionais de Tancos, bem

como a sua segurança imediata, foram atribuídas à Direção do Serviço de Material. Correto?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, isso foi o que li no conjunto de documentos que recebi, mas, sinceramente, não sei se era assim.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — No que diz respeito à segurança imediata, essa responsabilidade foi atribuída à Escola Prática de Engenharia.

Considera que a atribuição da responsabilidade da segurança a uma entidade gestora de material poderia propiciar uma colisão com as suas responsabilidades de natureza operacional?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Ó Sr. Deputado... Concordo com essa afirmação!

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O Sr. Coronel, quando foi interrogado por um dos Srs. Deputados que intervieram antes de mim, afirmou que não era da sua competência este tipo de serviço que estava a prestar.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Afirmativo.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Ou seja, aceitou-o só porque alguém o mandou aceitar?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Certo, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O Sr. Coronel comandou a Unidade de Apoio Geral de Material de 3 de outubro de 2016 a 30 de junho de 2017 e, depois, de 18 de julho de 2017 a 7 de outubro de 2018. Esta informação está correta?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Abandonei funções no dia 8 de outubro de 2018. Dia 8, não 7.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Ora, consta que, em março de 2016, a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército atualizou o plano de segurança, mas sem alterações significativas perante o estado das infraestruturas e dos meios complementares de vigilância.

Constata-se, assim, que os planos de segurança existentes, mesmo já atualizados, não terão tomado na devida consideração o estado de degradação das infraestruturas e dos meios complementares de vigilância.

O Sr. Coronel pode explicar-nos por que razão não se tiveram em conta esses factos, na atualização do referido plano de segurança? Quando sucedeu ao Comandante João Luís de Sousa Pires e tomou conhecimento dos factos, não achou que as NEP não estavam adequadas?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, como já disse na minha primeira intervenção, achei que o plano de segurança era capaz de fazer face às ameaças para as quais foi elaborado.

Portanto, não vi necessidade de fazer quaisquer alterações, mesmo sabendo que a rede e o sistema de videovigilância estariam no estado em que estavam. Além disso, uma vez que estavam a ocorrer as obras, pensava que, até ao final de 2017, quer o sistema de videovigilância quer a rede iriam estar concluídos e que, nessa altura, então, faríamos as atualizações que se entendessem necessárias, mas nunca as do plano de segurança.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. Coronel, em 2012, todo o sistema de videovigilância acabou por ser considerado inoperacional e irreparável, por inexistência de sobressalentes, e, em 2013, foi considerado obsoleto, datando desse ano o levantamento de um novo sistema, por parte da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército.

Coloco-lhe duas perguntas sobre isto.

Em primeiro lugar, sabe que seguimento foi dado a esse levantamento? A quem foi dado conhecimento e a quem foi reportado? E que respostas obteve?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Não, Sr. Deputado, não sou capaz de responder objetivamente à sua questão.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Em segundo lugar, tendo em conta o estado já mencionado do sistema de videovigilância em 2012, que era, certamente, do seu conhecimento, é assinada uma norma de execução permanente, a 21 de janeiro de 2016, onde é referido, nos procedimentos e deveres do sargento da guarda aos paióis: «Após a apresentação, deve o sargento da guarda aos paióis levantar a cassete de vídeo do sistema eletrónico de videovigilância, que se encontra no gabinete do delegado da UAGME, inserindo-a no sistema de vídeo. No final do serviço, retira a cassete e faz a sua entrega no gabinete do delegado da UAGME.»

O que é que isto quer dizer, Sr. Coronel?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, quando assumi funções, ao deparar-me com essa situação, simplesmente dei ordens para que, quando chegássemos àquela instrução, fosse como se ela não estivesse lá.

Não fazia sentido, tanto mais que o sistema de videovigilância não tinha qualquer capacidade de visão noturna. Aquilo eram umas imagens fantasmagóricas!... De noite, simplesmente... Eram vultos! Eram vultos... Esse sistema de videovigilância, que funcionou até 2012 ou 2013, tinha muito baixa resolução e não fazia sentido nenhum.

Portanto, dei indicações claras ao delegado da UAGME para que agisse como se aquilo não existisse e, numa próxima revisão de NEP, aquele ponto cairia simplesmente.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Era exatamente isso que eu ia perguntar.

Portanto, tomou a decisão de alterar verbalmente o cumprimento das NEP, é isso que está em causa.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sim, sim, foi.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Se mandou alterar o cumprimento das NEP...

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Só verbalmente, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — ... só verbalmente, não acha que é de grande responsabilidade fazer com que inferiores hierárquicos seus não cumpram as NEP, só por uma decisão?

Não lhe estou a tirar a razão de o ter feito, nem quero entrar nesse tipo de discussão, mas não o poderia ter feito por escrito?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Podia, mas também temos a prerrogativa de dar despachos verbais. E foi isso que fiz, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Na norma que assina, também se refere que o sargento da guarda deverá verificar o estado das câmaras de vídeo e se elas se encontram a funcionar corretamente. Sr. Coronel, toda a gente sabia que, na realidade, não funcionava nenhum sistema de videovigilância.

O Sr. Coronel leu as NEP, com certeza. Quando leu as NEP, achou que isto fazia sentido? Claro que não, porque já disse que procedeu verbalmente para o não cumprimento destas coisas. Mas o que é que fez para alterar a situação?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — O que fiz foi dar instruções muito claras ao delegado da força que lá tinha para instruir o sargento da guarda em relação àquilo que eu considerava essencial.

Ou seja: verificar o estado das vedações; garantir que o portão de acesso aos paióis estava permanentemente encerrado; não permitir a circulação de viaturas, a não ser que fossem devidamente autorizadas; inspecionar periodicamente as portas dos paióis, fossem eles da UAGME ou de outros; executar patrulhas e rondas, por vezes, fazer pequenos «altos» para escutar, porque também é importante escutar. Basicamente, eram estas as instruções que eram dadas, não só pelo comandante da UAGME, como também pelo oficial de operações, informações e segurança.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Não me leve a mal, mas fico aqui com um pequeno problema de contradição entre o que foi dito ontem e o que foi dito hoje: hoje, o Sr. Coronel diz-nos que, verbalmente, deu instruções para que não se fizesse mais o levantamento da cassete, nem se pusesse mais a

cassete — o que entendo perfeitamente —, mas ontem foi dito que não, que as NEP eram cumpridas e que toda a gente tirava e metia a cassete todos os dias, independentemente da qualidade, de servir ou não servir.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — Sr. Deputado, não me posso pronunciar,...

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Um comentário, por favor.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — ... mas, no meu comando isso não acontecia. Ninguém tirava, nem punha cassetes só para fazer um procedimento que estava numa NEP que não faz sentido. E garanto-lhe que não era feito esse tipo de procedimento.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Por ninguém?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — Por ninguém.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. Coronel, são factos provados pela Inspeção-Geral do Exército que o plano de segurança era inadequado, uma vez que foi atualizado, considerando a degradação das infraestruturas e meios complementares de vigilância, a evolução ocorrida com a criminalidade nacional e transnacional, e o terrorismo.

Revê-se nessa conclusão?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — Obviamente que não, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. Coronel, concluiu-se que a missão de segurança atribuída não estava adequada ao armamento, munições e explosivos existentes no PNT (Paiol Nacional de Tancos).

Tinha consciência disso, enquanto comandante da Unidade responsável pela segurança do PNT?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — Sim, mas nos paióis nunca tivemos qualquer tipo de armamento. Eram só munições e explosivos. Porque aí é dito armamento, mas nunca tivemos lá qualquer tipo de armamento. O armamento estava nos armazéns da UAGME.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Jorge Gomes.

Para concluir a primeira ronda, tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, nos mesmos termos, o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por cumprimentar o Sr. Coronel Amorim Ribeiro e agradecer as respostas que já deu a esta Comissão.

Sr. Coronel, considera que o assalto aos Paióis Nacionais de Tancos e o roubo do material de que tivemos conhecimento constituem um facto grave que atingiu credibilidade do Exército ou não?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — Sr. Deputado, claro que considero um incidente grave, mas, na minha opinião, a imagem do Exército não foi beliscada porque a instituição Exército é uma instituição multissecular e que tem um passado histórico que nos honra e que nos enche de orgulho. Por isso, na minha opinião pessoal, abalou, mas daí até beliscar a imagem, não!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, no seu relatório de posse de comando, refere, a dado passo, que havia, quando tomou posse, uma enorme criticidade da falta de praças a curto prazo.

Esta criticidade manteve-se, agravou-se ou diminuiu quando deixou o comando militar?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — Agravou-se, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Por outro lado, noutra ponto, relativo à segurança, refere que foi aprovado um plano de segurança para os Paióis Nacionais de Tancos, e respetivos anexos.

Que anexos são estes de que o Sr. Coronel fala no seu relatório de posse de comando?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — O plano de segurança é um documento confidencial e tem uma série de anexos. Em função do estado de alerta, que é decretado pelo escalão superior, assim temos empenhamento e reforço de forças, e há medidas que têm de ser tomadas, desde para onde vão as pessoas, como se faz a evacuação dos espaços e por aí fora. Mas é um conjunto alargado de anexos e estaria aqui duas horas a falar neles e não conseguiria transmitir a ideia subjacente aos mesmos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Nesse plano de segurança, eram referidas as diversas lacunas e deficiências existentes nos sistemas dos Paióis Nacionais de Tancos que aqui já foram referidas, da videovigilância, sensores, etc.?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — Não, Sr. Deputado.

O plano de segurança é um documento que atribui responsabilidades de uma forma muito geral e muito concreta, perante uma daquelas ameaças ou um estado de alerta que é decretado pelo escalão superior.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, considera que, havendo todas aquelas deficiências e lacunas no sistema de videovigilância — já as conhecia, com certeza —, isso não representava um grau de ameaça potencialmente elevado que, aliás, resultou num roubo e no desaparecimento de material militar?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — Sr. Deputado, é evidente que a segurança se consegue com uma complementaridade de medidas e de meios. As rondas eram só mais um elemento dissuasor, mas a videovigilância, as redes, de acordo com requisitos a que nós sabemos que deveriam obedecer, os sistema de iluminação, tudo isso contribui para que a segurança saia incrementada. E ao haver uma destas situações que seja prejudicada, tem de ser compensada.

Não sei se me fiz entender.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, o Sr. Coronel, quando tomou posse, sabia exatamente de todas as lacunas e deficiências, da reestruturação que houve em 2007, nomeadamente diminuindo o número de militares que faziam a segurança, de 44 para 8 militares, e que os sistemas tinham sido declarados inoperacionais, obsoletos, já em 2006/2007, facto mais enfaticamente referenciado em 2012/2013, tendo conhecimento da gravidade de toda a situação existente?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — Não só tinha conhecimento, como me apercebi, no terreno, da situação.

Mas não considerei nunca que a degradação era tão grande e tão profunda como algumas vezes se passa a imagem. Para mim não era, porque a rede continuava lá, os paióis tinham, como disse, as portas metálicas, os selos e havia o sistema de incêndios.

Efetivamente, a grande lacuna, na minha perspetiva era o sistema de videovigilância que não cumpria, minimamente, o fim para o qual fora instalado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera que esse sistema, que estava avariado, nomeadamente no que diz respeito aos sensores, não era de primacial importância, face ao material de elevada sensibilidade militar existente naquela infraestrutura?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — Sr. Deputado, é evidente que, não havendo recursos humanos, os sistemas complementares que garantem a segurança são fundamentais. É claro que o sistema de videovigilância é importantíssimo, mas tem de estar funcional.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Também no seu relatório de posse de comando, a dado passo refere que « não há atividades político-partidárias, separatista, sindicais ou antimilitares.»

Sr. Coronel, porquê esta ênfase, quando nada é referenciado, relativamente às lacunas e deficiências de que falamos e que acabaram por levar ao roubo de material de elevada perigosidade, facto em relação ao qual, no âmbito da Procuradoria-Geral da República, até foi dito, na altura, que estaríamos perante o perigo de terrorismo e que a segurança do País estaria em causa?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — Sr. Deputado, não tenho dados, nem conhecimentos que me permitam responder muito objetivamente à sua questão.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, pode dizer-me quais eram os paióis que estavam ao cuidado da UAGME, tanto no polígono de Tancos, como noutras Unidades?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — Sr. Deputado, nós tínhamos a missão de controlar 42 paióis, sendo 15 em Tancos, 8 em Santa Margarida, 9 no campo de tiro da Força Área e 10 nos Depósitos de Munições NATO no Marco do Grilo.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — No seu relatório de comando, diz que em todos esses paióis é realizada a receção, classificação, armazenamento, controlo e fornecimento de todos os abastecimentos da Classe 5.

Pode dizer-me o que significa isso, Classe 5?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — Sr. Deputado, os abastecimentos de Classe 5 são todas as munições, explosivos e artifícios de fogo.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, era aquele material que existia nos paióis que foram furtados?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — E que, pela sua sensibilidade, se caracterizam por compatibilidades e divisões de risco, e têm de ser armazenados em espaços muito próprios, que são os paióis e paiolins.

Por isso é que têm de ser armazenados em áreas mais ou menos isoladas, para, por certos riscos que possam ocorrer nos paióis, se evitar ao máximo danos colaterais, quer em vias rápidas, populações...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E quais eram as forças, os elementos que faziam todas essas tarefas, a receção, a classificação, o armazenamento, o controlo? Quantos elementos faziam isso? Eram sempre os mesmos? Variavam? Ficavam de posse de todo o conteúdo do material armazenado nos paióis?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — Sr. Deputado, face às dificuldades em termos de pessoal...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não está a gravar!

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — Muito obrigado!

Face às dificuldades em pessoal, não só de praças, como também em sargentos, tínhamos uma secção de paióis.

Essa secção de paióis tinha um efetivo de um oficial, três sargentos, quatro praças e três civis. Eram esses homens que, por amostragem, faziam o controlo do inventário. Isso era semestral. Mediante listas que existem na aplicação informática eles iam verificar se as existências correspondiam com as quantidades que efetivamente existiam.

Portanto, essa era a forma de inventário para os artigos mais críticos, que são as munições, os artifícios de fogo e explosivos e o armamento. Posso adiantar que nós, só para estes dois abastecimentos, temos cerca de 20

milhões de artigos em depósito — 20 milhões! E não falo em todos os outros abastecimentos que vão desde a bota, ao fardamento até à viatura blindada, o que dá mais uns milhões largos, distribuídos por 12 armazéns.

Não sei se me fiz entender, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sim, Sr. Coronel.

Era normal haver inventários feitos por amostragem? Isso também acontecia na sua Unidade?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — Só havia inventários por amostragem, Sr. Deputado. Porque a UAGME, no dia a dia, é uma espécie de polo logístico: fornecemos todos os dias muitos abastecimentos, que fazem com que as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército funcionem quer em território nacional, quer em territórios externos.

Por isso, o empenho do pessoal que está nos armazéns é de tal forma, que nós só por esse processo, e que já é um grande empenho do pessoal, fazemos o inventário dos artigos mais críticos, que são as munições e o armamento.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Então, diz o Sr. Coronel que os inventários eram todos feitos por amostragem. Não havia outra forma de realizar esses inventários, nomeadamente contabilizando os existentes de forma real?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim**: — Só se houvesse uma ordem superior para que fizéssemos uma contagem ou, por exemplo, nas auditorias. Aconteceu isso: os auditores diziam «nós queremos contar à unidade x artigos.»

As munições, Sr. Deputado, estão em cunhetes selados e lacrados, portanto, qualquer violação é notória. Basta olhar para um cunhete de munições para ver se ele foi ou não violado.

Por isso é que neste processo, por amostragem é muito simples: nós temos paletes com 30/40 cunhetes, elas estão etiquetadas, lacradas e seladas e rapidamente se constata que não houve problema algum. Agora, sempre que os cunhetes tiverem sido abertos — porque há cunhetes que levam 1000, 2000, 5000 —, aí a contagem é à unidade e nunca na presença de um só elemento. São no mínimo três.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sobre as limitações dos diversos paióis, nomeadamente na questão da armazenagem, o Sr. Coronel refere, de forma pormenorizada, exaustiva e com uma certa descrição, as lacunas e deficiências existentes no Campo Militar de Santa Margarida, no Campo de Tiro de Alcochete, mas curiosamente nada refere relativamente aos Paióis Nacionais de Tancos. Isto é normal? Não se estranha? O Sr. Coronel não tinha acesso a relatórios sobre a existência de diversas lacunas? Sr. Coronel, pode explicar um pouco mais em pormenor?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, está a referir-se ao meu relatório de tomada de posse?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Exato.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Então, das minhas propostas, vou ler o que escrevi, se me permite.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — As propostas estão lá.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — O resto está diluído em informações genéricas: a questão da desmatção, à qual me refiro não só pelos paióis, mas também pela zona exterior da UAGME. Está de uma forma genérica.

Nas propostas é que fui mais objetivo e incisivo.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, de facto, em dois campos, no Campo Militar de Santa Margarida e no Campo de Tiro de Alcochete, faz uma descrição exaustiva das deficiências e das necessidades, mas nada refere relativamente aos paióis de Tancos. Não acha que devia também ter tido uma atenção mais visível e crítica relativamente aos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, das visitas que efetuei, verifiquei que, em Santa Margarida, por exemplo, nem sequer havia, em algumas zonas, vedação, era mesmo vegetação. Essa é que era a preocupação!

Em Alcochete, também havia paióis em muito mau estado de conservação e foi por isso que dei relevo a esses. Mas se analisar bem o documento, nas considerações, faço referências não objetivas mas genéricas. Nas propostas, claramente, aponto para todas estas necessidades, não só da questão da iluminação, dos para-raios, da videovigilância, mas da desmatção também.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Já agora, falando na desmatção, a seguir ao roubo, em julho de 2017, deslocaram-se ao local vários responsáveis políticos e militares e constataram que, efetivamente, a desmatção não tinha sido feita.

Sr. Coronel, sente-se responsável por esse facto? O anterior Chefe do Estado-Maior do Exército diz que sentiu vergonha quando se deslocou até lá. Sr. Coronel, sentiu-se atingido por estas declarações?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Não, Sr. Deputado.

Uma vez mais digo o seguinte: os homens que tinha sob o meu comando são pessoas que só não fizeram mais porque não puderam, com as motorroçadoras e as catanas que tínhamos. Só não limpámos o paiol porque não tínhamos mais meios, mas o que estava ao nosso alcance foi feito.

Limpávamos com muita regularidade e frequência os taludes dos paióis e os acessos, mas quando se tratava de vegetação de grande porte, nomeadamente árvores, não tínhamos sequer os meios necessários, nem os conhecimentos, porque esse trabalho envolvia riscos acrescidos.

Havia ainda o problema de, a dada altura do ano, as desmatações terem de ser suspensas, sob pena de haver uma ignição e, depois, era uma chatice muito grande.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, referenciou isso aos seus superiores hierárquicos? Qual foi a resposta que lhe deram?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Referenciei, sim senhor. Tanto assim é que, em 2018, apresentei ao Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército uma proposta para que, com 16 000 € mais IVA, se desmatasse a área.

Os Srs. Deputados foram lá e viram o estado em que estão os paióis. Tudo aquilo foi devido ao Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército que disponibilizou a verba, depois de uma conversa que houve entre

comandantes. Foi a forma mais objetiva, clara, precisa e concisa para se resolver o problema.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, diz o Sr. Coronel que foi só em 2018? Em 2017 não tomaram essa iniciativa?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Não foi possível reunir as verbas necessárias. Embora tivéssemos orçamentos, não havia dinheiro, porque se houvesse lá o investiríamos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, sabe o que foi, o que é o projeto SICAVE (Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Videovigilância Eletrónica)?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sei, sim senhor.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Como explica o facto de este sistema de videovigilância integrado do Exército ter sido aplicado, a partir de 2015, 2016, 2017, a várias Unidades do Exército, mas não estava referenciado para ser aplicado — eventualmente só em 2018 ou até mais tarde — aos Paióis Nacionais de Tancos, tendo em conta a elevada sensibilidade militar desta infraestrutura?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, em 29 de novembro de 2016, o Comando das Forças Terrestres promoveu uma reunião quer em Tancos, quer em Santa Margarida em cumprimento de uma diretiva do General-Chefe que dizia que os Paióis Nacionais de Tancos e os do Campo Militar de Santa Margarida constituem-

se como primeira prioridade para a instalação do sistema de videovigilância SICAVE.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Quando, Sr. Coronel?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — A 29 de novembro de 2016 ocorreu uma visita, por parte do pessoal do CFT, DCSI, DIE e UAGME, no sentido de levantarem os requisitos operacionais para o SICAVE, uma vez que o General-Chefe tinha dado como primeira prioridade a instalação deste sistema em Tancos e em Santa Margarida.

Dessa reunião, como já aqui mostrei, surgiu uma proposta — é evidente que é uma proposta — em que passaríamos a ter um sistema que cobria praticamente todo o perímetro dos paióis, com câmaras *dome* e *autodome*, umas móveis e outras fixas. Simplesmente, isto foi dilatado no tempo e eu estava convencido de que, em 2017, teríamos, pelo menos nos Paióis Nacionais de Tancos, este sistema de videovigilância.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Foram feitas?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Todas as diligências para que tal ocorresse! O meu oficial de operações e informações acompanhou e ia-me informando, semanalmente, do andamento desta reunião.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, não percebi bem. Poderia repetir quando é que foi tomada essa decisão para implementar o sistema em Tancos?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Em 23 de novembro de 2016, recebi uma nota que dizia que o CFT tinha apresentado uma proposta para que os Paióis Nacionais de Tancos e de Santa Margarida se constituíssem como primeira prioridade para a instalação do SICAVE.

No dia 29 de novembro, promoveu uma reunião para se definir os requisitos operacionais do sistema de videovigilância, com os respetivos técnicos da DCSI, da DIE e CFT.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Com efeito, isso não corresponde aos documentos que recebemos. Por exemplo, em 2015 e 2017, foram realizados diversos contratos no âmbito do SICAVE, que utilizaram uma verba de 400 000 €, mas nenhum abrangendo o sistema de videovigilância de Tancos. Abrangeu quatro Unidades, por exemplo, o Quartel-General de Sapadores de Lisboa, o quartel da Amadora, de Vila Nova de Gaia, da Serra do Pilar, a escola de Mafra.

Em 2015, envolveu a Direção de Comunicações e Sistemas de Informação, em Lisboa e, no final de 2015, houve dois novos contratos, um envolvendo a Orquestra Ligeira do Exército.

Em 2016, não houve nada e só em 2017 é que temos outro dirigido ao Regimento de Artilharia n.º 5 em Vendas Novas. De facto, há aqui uma incongruência entre o que o Sr. Coronel diz e os documentos que nós recebemos.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, isso são evidências que está a relatar. Eu não tenho dados que permitam adiantar o que quer que seja em relação ao estabelecimento de prioridades que foi dado por alguém que tem essa competência e essa autoridade.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Muito obrigado, Sr. Coronel.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, agora, iniciar a segunda ronda, na qual serão atribuídos 5 minutos a cada grupo parlamentar. O Sr. Coronel terá, depois, a amabilidade de responder no fim.

Sr. Deputado Telmo Correia, tem alguma questão?

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Queria só inscrever-me.

O Sr. **Presidente**: — Certíssimo, Sr. Deputado.

Sr.^a Deputada Berta Cabral, do Partido Social Democrata, tem a palavra.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Coronel, nesta minha intervenção, queria também cumprimentá-lo e agradecer todas as informações e todo o conhecimento que nos trouxe aqui e que ajudam, certamente, bastante o nosso trabalho, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Queria começar por referir que, no decreto regulamentar que define a missão da UAGME, concretamente no artigo 67.º, diz que compete à UAGME rececionar, armazenar, manter e fornecer os abastecimentos necessários para equipar e permitir a sustentação do Exército, bem como desenvolver atividades de manutenção de depósito e de manutenção intermédia de apoio geral ao Exército, etc. Tudo isto para dizer que já constatámos que é, efetivamente, da responsabilidade da UAGME, a manutenção dos equipamentos e das infraestruturas.

Já relativamente à questão do rececionar, armazenar e manter os abastecimentos, também verificámos que há paióis que dependem da UAGME e que há paióis que estão afetos a outras entidades, designadamente ao Regimento de Engenharia n.º 1 e ao Regimento de Paraquedistas.

O que lhe pergunto é o seguinte: isto não é de difícil articulação? Isso não configura uma falta de unidade de comando, em relação ao facto de haver várias entidades, dentro do mesmo recinto com paióis, estando determinado que é à UAGME que compete armazenar, manter e fornecer os abastecimentos?

Em relação a estas questões que já foram aqui faladas, queria também referir que, no relatório de posse de comando do então Coronel José Nunes da Fonseca, hoje CEME, em 2005, isto é, quando tomou posse como Comandante da UAGME, se referia que, relativamente aos paióis nacionais do Exército, o sistema eletrónico de vigilância instalado nos paióis era antigo, ineficaz e sujeito a avarias constantes, justificando-se amplamente a sua substituição, sendo uma vulnerabilidade que urgia eliminar.

Isto foi em 2005, ou seja, já passaram 13 anos. Mais diz, nas conclusões, que, de facto, sobre a vigilância eletrónica dos Paióis Nacionais de Tancos devia ser equacionada a sua substituição e deviam, também, ser utilizados cães de guarda. Isto foi em 2005!

Passados 13 anos, o que foi possível ver, em termos de evolução, desta proposta que aqui está, antes do seu comando e, já agora, durante o seu comando?

Embora já nos tenha referido as reuniões que teve com o Chefe do Estado-Maior e as decisões tomadas, gostaria de perguntar rigorosamente que decisões foram essas, no âmbito dessa reunião e dessa visita do dia 8 de março de 2017.

Em relação ao auto de averiguações feito na sequência do incidente de Tancos, quero aqui dizer que todos os documentos do Exército falam em «incidente» e não falam em «assalto». Portanto, gostaria de saber se a ideia generalizada que existe, dentro do Exército, é a de que não houve um assalto e de que tudo isto poderá ter sido fabricado para resolver algum problema de

armamento que foi desaparecendo ao longo do tempo. Só que, depois, com o aparecimento, lançou-se a dúvida.

Sr. Coronel, outra questão que também quero colocar-lhe é a seguinte: com a sua experiência, neste tipo de atividade, consegue dizer-nos, rigorosamente, que é possível conferir o material que foi encontrado com o material que desapareceu? É possível? Há evidências técnicas para poder conferir o que desapareceu com aquilo que apareceu? Porque esta ideia está subjacente a todos os documentos — nunca se fala em «roubo», fala-se sempre em «incidente» de Tancos.

Voltando à questão do auto de averiguações feito na altura, há algumas questões que gostaria de levantar. De facto, o auto refere que não é possível estimar com que frequência os inventários poderiam ser conferidos. Gostava de saber se concorda com esta afirmação e qual era a frequência. Depois, até diz que deveria haver mais pessoal — um oficial, dois sargentos, quatro praças — para que fosse possível fazer esse inventário. Também recomenda que deveriam diminuir o quantitativo de militares autorizados a entrar nos paióis. Quantos militares estavam autorizados a entrar nos paióis? Quem tinha a chave?

São questões fundamentais para podermos esclarecer e não tanto para recriminar ou para punir, porque esse não é o nosso papel. O nosso papel é apurar conclusões de natureza política e não criminal ou técnica, do ponto de vista militar. Por isso, é importante perceber se não há contradições entre aquilo que é aqui referido e os documentos que recebemos.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado Jorge Gomes. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. Presidente, queria começar por perguntar ao Sr. Coronel se tem conhecimento de alguns factos que possam

ter levado a que este assalto fosse feito. Também gostava de ouvir a sua opinião sobre de quem é a responsabilidade por ter sido possível fazer-se este assalto.

Sr. Coronel, a história deste furto tem-nos dado conta de que havia problemas no inventário do material dos paióis. Ora, a gestão de cargas e armazenamento nos paióis onde ocorreram os arrombamentos era da responsabilidade do Regimento de Engenharia n.º 1, segundo o processo de averiguações aos PNT de 2017. No entanto, sabemos que a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército era a entidade responsável pela gestão dos materiais à carga nos paióis.

Acha coerente que a UAGME tenha essa responsabilidade mas, depois, existam paióis e paiolins cuja gestão de cargas e armazenamento seja de uma Unidade específica? Como é que se pode ter um inventário sério e rigoroso, bem como atualizado, quando a responsabilidade pela sua gestão está diluída por várias Unidades?

Perguntava-lhe também com que frequência o material sob a responsabilidade da UAGME era inventariado. E perguntava-lhe ainda se havia falhas no inventário ou não. Tem conhecimento de falhas em qualquer inventário que tenha sido feito?

Porque é que existia um paiol do Regimento de Paraquedistas nos Paióis Nacionais de Tancos, quando a própria Unidade, de acordo com o processo de averiguações, tinha espaço de armazenamento suficiente nos paióis da Unidade de paraquedistas?

Como se procedia à requisição do material de cada uma das Unidades que estava ali depositado? Penso que já o fez há pouco, mas gostava que pudesse descrever-nos como decorria o processo mais pormenorizadamente.

Considera normal que o fiel de armazém execute há 44 anos o inventário dos paióis, seguindo, desde então, sempre os mesmos procedimentos? Sr. Coronel, não sente, de certa forma, que poderá ter

contribuído para que este furto acontecesse, tendo consciência da desadequação do plano de segurança e nada tendo feito para que isso mudasse?

Como teve conhecimento deste furto? Aliás, ouvi a Sr.^a Deputada Berta Cabral dizer que não foi um furto, foi um incidente. Sr.^a Deputada, desculpe estar a falar,...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Mas é o que vem nos documentos!

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — ... mas tem razão no que disse.

Sr. Coronel, como lhe foi comunicado o furto? A quem deu conhecimento? Quem eram os comandantes das Unidades que partilhavam consigo a responsabilidade de assegurar a segurança dos Paióis Nacionais de Tancos, durante os períodos em que exerceu as suas funções? Se possível, diga-nos os seus nomes e postos. Quem eram os seus superiores hierárquicos e que funções exerciam?

Ao longo destas audições, temos sabido que, por exemplo, durante o período em que eram responsáveis por fazer a segurança, houve comandantes que nunca visitaram os Paióis Nacionais de Tancos. No caso do Sr. Coronel, com que frequência se deslocava aos Paióis Nacionais de Tancos?

Na memória do Sr. Coronel, qual é a semelhança entre o assalto aos Paióis de Tancos e o que se verificou nos Comandos, no início deste século? Tem conhecimento de que medidas foram tomadas depois do evento dos Comandos para que não se repetisse essa situação, o que, de facto, infelizmente, veio a acontecer? Não seria preferível, na sua opinião pessoal, enquanto militar com experiência, que a Unidade que geria as instalações tivesse também a responsabilidade da sua segurança?

Relativamente a toda a orgânica respeitante à segurança dos Paióis Nacionais de Tancos, recebia orientações ou diretivas de segurança diretamente do Ministério da Defesa? Qual era o paiol onde estava o material mais relevante, sob o ponto de vista militar e de segurança nacional? Durante todo o seu período de comando, sentiu que tinha todos os meios necessários para assegurar a segurança das instalações?

Segundo o seu conhecimento, qual era a regra relativamente à tipologia e frequência das rondas? Quem conferia? É possível que, durante o tempo em que foi Comandante, tenha havido dias em que os paióis tenham estado 20 horas sem qualquer ronda?

O Sr. **Presidente**: — Segue-se, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado João Vasconcelos, dispondo de 5 minutos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Coronel, tenho algumas questões.

Quando houve o assalto a Tancos — prefiro chamar-lhe «assalto», em vez de «incidente» —, o Sr. Coronel estava a comandar a Unidade. Queria que me dissesse se alterou os procedimentos relativamente à segurança dos Paióis Nacionais de Tancos e que medidas foram essas, que procedimentos foram esses.

Relativamente às exonerações, tendo o Sr. Coronel sido um dos comandantes exonerados, gostaria que nos dissesse se se sentiu injustiçado, se considerou que essa foi uma medida injusta por parte do anterior CEME e se teve manifestações de desagrado, mal-estar ou apoio por parte de outros camaradas do Exército.

Por outro lado, acha que o facto de estes comandantes terem sido exonerados e mais tarde renomeados se tratou de uma estratégia de comunicação externa? Foi uma cortina de fumo para acalmar a opinião pública relativamente aos factos?

Concorda com as afirmações do anterior Chefe do Estado-Maior do Exército, quando, na altura, disse que existiram erros estruturais e sistémicos, falta de supervisão, cumplicidade interna e desleixo? O Sr. Coronel concorda com estas afirmações?

Relativamente às punições, efetivamente, apenas militares de baixa patente foram alvo delas. O Sr. Coronel acha que só esses é que foram responsáveis pelo facto de ter havido o assalto ao material militar de Tancos?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Diogo Leão pede a palavra para uma interpelação à Mesa.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Diogo Leão (PS): — Queria perguntar se, na opinião do Sr. Presidente e dos grupos parlamentares, seria possível somarmos as segunda e terceira rondas.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, essa é uma questão que colocarei, eventualmente, no final da segunda ronda.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia, dispondo de 5 minutos.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, não me parece possível somar as duas rondas. Queremos que o Sr. Coronel responda à segunda ronda e, depois, quem quiser fará terceira ronda, na nossa opinião.

Sr. Coronel, para além de agradecer o seu depoimento, que me pareceu muito interessante, queria insistir em dois ou três pontos.

Em primeiro lugar, nas respostas que, ainda há pouco, o Sr. Coronel estava a dar ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi referida, por várias vezes, a ideia de que o sistema de videovigilância estaria obsoleto, tendo sido repetida várias vezes a data de 2012. Foi-lhe perguntado e o Sr. Coronel fez referência a 2012.

A informação que temos, inclusivamente vinda de um documento da Escola Prática de Engenharia, é que o sistema estava obsoleto em 2006 e não em 2012. Não é irrelevante. Quer dizer, o número de anos e o tempo que isto demorou, em que se podia ter resolvido e não resolveu, não é completamente irrelevante. E mais: pergunto-lhe se me pode confirmar que o sistema sensorial estava desligado desde 2000. Portanto, estamos a falar de muitos anos sem que estas questões fossem tratadas, pensadas, resolvidas, ponderadas... Enfim, sem que nada fosse feito, no fundo.

Obviamente, não é, de todo, irrelevante a sua resposta. Aliás, isso leva depois a outras questões, como a resposta que nos deu e que já tinha sido dada aqui sobre a cassete. De facto, é um absurdo e transforma-se quase forçosamente num episódio de humor, ainda que isso não ajude nem àquilo que, no fundo, todos pretendemos, que é o prestígio das Forças Armadas, nem ao apuramento da verdade nestas mesmas matérias.

Mas esta situação é de tal forma bizarra e absurda que, obviamente, era incontornável apurar porque é que se mantêm ordens sem que elas sejam cumpridas, sem sequer fazer sentido ou ser possível que o sejam.

Há uma coisa, no entanto, que está muito clara no relatório de averiguações que foi feito e assinado pelo Sr. Major General João Manuel Nunes dos Reis, durante o seu período de cessação de funções. Nesse processo de averiguações, Sr. Coronel, há uma coisa muito clara e muito evidente: é que a competência da UAGME era controlar a execução, através

dos relatórios elaborados pelas Unidades e de visitas próprias, assim como garantir a apropriação do terreno, a desmatagem e a supervisão do estado das infraestruturas e dos meios complementares de segurança. Esta era a missão natural e por excelência da Unidade que V. Ex.^a comandava.

Também acho que houve alguma contradição entre a ideia de que a situação não era tão grave como isso e, ao mesmo tempo, o reporte de que alguém superiormente deveria resolvê-la. Ou uma coisa ou outra e independentemente dessa contradição, Sr. Coronel, a questão é que isto só tinha duas respostas possíveis.

Uma delas era, obviamente, garantir que isto era feito, ou seja, que a vedação era repostada, que o tal novo sistema de videovigilância — de que, inclusivamente, o Sr. Coronel nos mostrou a fotografia — era adotado e adquirido, que o problema das portas era resolvido, etc.

Aí, diz-nos o Sr. Coronel: «Eu remeti para cima.» Quando muito, a pergunta que lhe posso fazer é: quem é que tinha de dar essa autorização? De onde é que viria essa verba? Quem é que tinha de dar resposta a essa sua solicitação? Quantas reuniões ocorreram, em concreto, com o CEME? Quantas vezes é que este assunto foi falado? Quantas vezes e com que prazos é que lhe foi dito que ele seria resolvido?

Senão, Sr. Coronel — e, aí, já podemos imputar ou não a responsabilidade à sua Unidade —, poderia dizer: «Se isto não é possível, se não nos dão os meios, se não nos dão a verba, então, temos de reforçar o número de homens, temos de ter mais homens para esta função.» Portanto, queria saber se isso foi ponderado ou não.

Tenho duas últimas questões, Sr. Coronel.

Primeiro, este mesmo processo de averiguações diz-nos que a repartição desta responsabilidade por várias Unidades e a ausência clara de uma unidade de comando era um fator claramente prejudicial a esta mesma

segurança. Portanto, queria saber se assim era ou não, que leitura faz disso mesmo e se essa ausência de unidade de comando foi um problema.

Por outro lado, Sr. Coronel, queria saber se existem números na sua cabeça em relação à despesa global que teríamos para pôr estes paióis em condições de funcionamento. Do que nos disse, deduzo que os considera bons paióis e que, com algum investimento, teriam condições para funcionar.

Além disso, uma vez que também teve responsabilidades e conhece a realidade de Santa Margarida, gostaria de saber se tem uma noção de qual seria a diferença de investimento, porque o investimento em Santa Margarida foi de 4,5 milhões. Ou seja, se calhar, provavelmente, com um investimento muito menor, era possível manter Tancos em condições. Portanto, queria saber por quem é tomada esta decisão e se não parece ser, obviamente, uma decisão política, para tentar encerrar um capítulo muito negativo, por assim dizer.

O Sr. **Presidente**: — Para concluir a segunda ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Coronel, tenho duas questões, apenas, que ficaram da sua intervenção e das respostas que deu a outros grupos parlamentares.

Disse, a determinada altura, quando mostrou aquele gráfico da solução encontrada, que o sistema de videovigilância foi apresentado a 26 de novembro. A solução técnica foi discutida e, a 26 de novembro de 2016, foi encontrada e apresentada. Foram feitas outras perguntas, mas não foi feita a pergunta que considero fundamental, que é esta: porque é que não foi concretizado? Isto é, o que é que impediu, em novembro de 2016, a concretização da solução técnica encontrada?

Isto é determinante para percebermos quem é que tem responsabilidades nesta matéria. Há todo um historial, e cá estaremos para averiguar porque é que, desde 2006 ou 2007, salvo erro, o sistema de videovigilância era considerado inoperacional, quando a solução estava encontrada e o problema foi indicado, no âmbito do SICAVE. Porque é que não se concretizou? Esta é a primeira pergunta.

Em segundo lugar, o Sr. Coronel disse que, a 8 de março de 2017, três meses antes do furto, foi emitido um despacho pelo ex-CEME, Rovisco Duarte, para iniciar um conjunto de obras que eram necessárias para a segurança. Isto foi três meses antes do furto. A determinada altura, perguntei-lhe quem é que teve conhecimento do despacho. Referiu-se a si, mas não ao restante universo.

Qual é o universo de pessoas que tinham conhecimento de que, daqui a três meses, iam ter obras no Paiol Nacional de Tancos? Essa informação ficou reservada? Quem é que podia aceder a essa informação? Não acha estranho que, três meses depois de ordenar as obras, tenha ocorrido o furto das instalações?

O Sr. **Presidente**: — Encerra-se assim a segunda ronda, não sem antes o Sr. Coronel ter a amabilidade de responder às questões do Sr. Deputado Jorge Machado. Tenho, no entanto, a indicação de que haverá uma terceira ronda.

Tem a palavra o Sr. Coronel, para responder.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Começo por responder à Sr.^a Deputada Berta Cabral que perguntou sobre a missão da UAGME, no que diz respeito ao reabastecimento, receção, armazenamento, manutenção, fornecimento dos abastecimentos que se encontram quer nos armazéns que tem à sua responsabilidade, quer nos paióis.

Quanto aos abastecimentos, aos artigos que estavam a cargo do Regimento de Paraquedistas e do Regimento de Engenharia n.º 1 só essas Unidades é que lhe podem responder o que aconteceu, como faziam o inventário, quais eram as rotinas, quais eram as pessoas, porque a UAGME apenas e só é responsável por aquilo que está no canal de reabastecimento.

O que a Sr.^a Deputada quer saber já são munições de reabastecimento e que estão a cargo das Unidades. São elas que têm de dar conta do que fazem às munições, se as consomem, se não, se, cada vez que saem do paiol, são abatidas, se não. Não tenho qualquer informação que lhe possa adiantar sobre o que me perguntou.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma pequena precisão.

O Sr. **Presidente**: — Se for só para uma mera precisão, Sr.^a Deputada...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — É só uma mera precisão, Sr. Presidente.

Sr. Coronel, quando me referi ao processo de averiguações era ao da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército que foi feito em julho de 2017. Era, portanto, sobre toda a Unidade e não sobre os dois paióis apenas.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Desconheço essa conclusão, mas o que tenho a adiantar é que fazíamos o inventário semestral aos artigos mais críticos que são as munições e o armamento e sempre que havia uma ordem superior para conferirmos, em determinado artigo, se o que estava na aplicação informática batia certo com as existências.

Da minha memória e das atividades que fizemos nesse âmbito nunca houve qualquer discrepância. Quem concluiu essa situação vai ter de explicitar melhor o porquê dessa mesma constatação.

Quanto à questão do ato de averiguações do incidente, pois, Sr.^a Deputada, acho que é uma matéria que ainda está sob alçada das entidades de investigação criminal e, do que sei, pela comunicação social, não consigo fazer quaisquer comentários ou o que quer que seja, porque não estou na posse dos dados. Considero isto, ainda, matéria que está na alçada da investigação, como dizia.

Os inventários, e volto à questão inicial, da minha Unidade sei como eram feitos. É a secção de paióis, que tem o tal oficial, os três sargentos, os quatro praças e os três civis que o faz e de uma forma aleatória. Porque, como lhe disse, temos uns milhões largos de abastecimentos desta tipologia e, para fazer um inventário como deve ser, teríamos de parar cerca de dois meses, mas a UAGME funciona todos os dias e, muitas vezes, fora de horas para fazer com que as nossas Unidades funcionem.

Os fornecimentos que vão para os teatros externos não têm hora para fornecer: é quando houver uma ordem superior. Os nossos militares que estão por esses teatros fora têm necessidades muito grandes, são insaciáveis e temos de, na medida do possível, satisfazê-los. Muitas vezes isso acontece além do horário normal de funcionamento. Isto quer dizer o quê? Que é manifestamente impossível fazer um inventário para os 30 milhões de artigos que temos de todas as tipologias.

Sobre as responsabilidades do assalto, Sr.^a Deputada, sinceramente, não sou capaz de atribuir quaisquer responsabilidades. Quem sou eu para julgar?

Uma vez mais, remeto para as entidades de investigação criminal que vão ter de apurar os factos e tirar consequências de tudo isto. E espero bem que as tirem!

Quanto à diluição das responsabilidades, é evidente, Sr.^a Deputada, que, no capítulo da segurança, vemos que existem várias Unidades que fazem a segurança, existem NEP, procedimentos bem definidos. Pressuponho que a supervisão é feita, porque só posso aceitar isso! Não me passa pela cabeça que não haja uma supervisão.

Mas, uma vez mais, o comandante da Unidade que, nesse dia, estava a fazer a segurança aos paióis é que, e tomou medidas naturalmente, tomou as melhores decisões que podia, porque tem mecanismos e instrumentos para exercer justiça.

Porque é que o Regimento de Paraquedistas tinha o paiol dentro das instalações dos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Essa resposta é para mim.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — A mim só me falta a resposta relativa à conferência do material roubado e encontrado!

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr.^a Deputada, peço desculpa, porque, quando virei a folha passei à frente.

Vamos lá ver, Sr.^a Deputada, mais uma vez, sobre a frequência dos inventários da Unidade onde aconteceu isto, não sei! Mas muito rapidamente vou tentar fazer aqui um...

As munições são artigos críticos, controlados e regulados. Quer isto dizer que são os comandos funcionais que estabelecem os créditos de munições, sejam elas destinadas a treinos, a instrução ou ao que quer que seja, exercícios... É elaborado um documento com os créditos que devem ser atribuídos e fornecidos às Unidades, a DMT, Direção de Material e Transportes, que é o órgão gestor, na aplicação, emite uma guia de fornecimento que a UAGME vai satisfazer para qualquer tipologia de

abastecimentos, neste caso concreto de munições, explosivos e artifícios de fogo.

A Unidade, por sua vez, vai levantar essas munições e artifícios de fogo e automaticamente o programa gera na sua carga essas munições que foram fornecidas a partir do canal para a carga da Unidade. Isto fica tudo registado.

Mas a Unidade, quando consome estes abastecimentos, tem de fazer chegar ao órgão gestor um documento chamado Declaração de Consumo de Munições dando conta que as consumiu efetivamente. Há um responsável que atesta esse facto. A DMT, apenas e só, vai à aplicação e faz o acerto de cargas.

Se a Unidade, de cada vez que leva os explosivos, as munições, tem isto controlado... Não me passa pela cabeça que não seja assim, mas, como lhe disse, Sr.^a Deputada, não sou capaz de adivinhar o que quer que seja. Não sou capaz.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — É possível conferir com rigor o material que apareceu com o material que desapareceu?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr.^a Deputada, julgo que sim, mas não sei como é que era feito o controlo do inventário e das existências. É um assunto, uma matéria que me ultrapassa.

Isto são procedimentos que estão instituídos, é doutrina e a doutrina quando se faz tem de se fazer bem. Muitas vezes, não é a questão dos meios que limita ou que leva ao insucesso. Não! É fazer bem! E há procedimentos, está tudo previsto e planeado. É preciso é fazer bem.

Mas se fizeram bem, Sr.^a Deputada, não sei! Na minha Unidade, sei como tinha de fazer. Mas não faço ideia, muito sinceramente, não consigo responder-lhe de forma objetiva, clara e precisa à sua questão.

Quanto à questão dos factos do assalto, responsabilidades e problemas do inventário, apenas sei que ocorreu um incidente, está sob alçada da investigação criminal. Alguém está a analisar todos os factos. O que sei é que o meu oficial de operações, informações de segurança me comunicou que tinha havido uma violação dos paióis de uma Unidade.

Apenas e só tive de reunir o meu Estado-Maior, inteirar-me se os paióis da UAGME teriam, ou não, sido também alvo de alguma tentativa de violação, o que não aconteceu.

Sobre esta questão da responsabilidade, efetivamente, concordo que devia haver uma única Unidade com responsabilidades da segurança, do controlo e disso tudo, mas quem tomou esta decisão deve ter ponderado todos os fatores e todos os factos para assim decidir.

Em relação à UAGME, não me parece que seja muito difícil porque a UAGME está situada a umas dezenas largas de quilómetros de distância daqueles paióis e não tem efetivos, recursos humanos que possam fazer aquele tipo de missão, nem tão-pouco o apoio logístico necessário.

Quanto à inventariação dos materiais da UAGME, já disse que nunca foram detetadas faltas ou falhas no meu comando. Pela dimensão dos armazéns, pela quantidade imensurável de artigos que existem nos mesmos — 12 armazéns, 42 paióis, 28 milhões de artigos —, com o pouco pessoal que tenho, com as atividades do dia a dia de fornecer a bota, a meia, a viatura, a munição, só era feita semestralmente.

A nossa preocupação recaía nas munições e no armamento, tudo o resto eram inventários aleatórios: hoje vamos conferir o fardamento; hoje vamos conferir os aparelhos de visão noturna; vamos conferir o que quer que seja...

Mas, indo diretamente à questão que me colocou sobre o porquê de o Regimento de Paraquedistas ter um paiolim no polígono de Tancos: Sr. Deputado, sei que o Regimento de Paraquedistas também tinha um paiolim.

Se calhar precisavam de mais espaço e, então, como havia disponibilidade de um paiolim nos paióis de Tancos, utilizaram-no para armazenamento do excedente de munições que teriam. Mas isto é a minha opinião.

Como é que soube do furto? Já disse ao Sr. Deputado, embora de uma forma muito resumida, que, no final do dia do pretenso furto, ou incidente, que também não sou capaz de destringar se foi incidente ou furto — o Exército considera um incidente e eu acato essa ideia —, portanto, no dia 28 de junho, já horas avançadas, o meu oficial de informações e segurança informou-me por telefone que ocorreu este incidente.

Imediatamente reporte-i-o ao meu canal hierárquico e técnico que é a Direção de Material e Transportes. Telefonei ao delegado da UAGME para que verificasse se os paióis, que eram da nossa responsabilidade, portanto os 15 paióis, teriam sido alvo de alguma tentativa de violação. Passado pouco tempo, ele disse logo que não, porque já tinha estado presente e tinha ido verificar que estava tudo intacto.

No dia seguinte, com o meu Estado-Maior, desloquei-me aos Paióis Nacionais de Tancos, no sentido de apurar o que realmente se tinha passado. Tive logo uma reunião com o delegado e com os civis que estavam na parte administrativa, no sentido de apurar o que é que tinha acontecido. Sr. Deputado, eles pouco me adiantaram, mas disseram-me logo, de uma forma muito clara, que nada tinha a ver com aquilo.

Isto foi o que se passou, são factos, que lhe estou aqui a relatar e que estão na minha memória como se fosse há muito pouco tempo. Portanto, foi desta forma que soube do furto.

Quanto às medidas de segurança que, entretanto, foram adotadas, houve, de imediato, juntamente com o Regimento de Engenharia n.º 1, a reposição... Isto porque a rede exterior e a rede interior foram cortadas, como saberão! Portanto, foi feita, de imediato, a reparação das duas redes, houve um incremento de soldados para garantir a segurança e o Comando

das Forças Terrestres deu ordens para que os militares que estavam a fazer segurança aos paióis e a todas as Unidades desselassem os selos dos carregadores das armas de serviço.

Se, para incrementar a segurança, tivemos orientações do Ministério da Defesa Nacional? Admito que sim, mas o meu escalão hierárquico acima é o Comando da Logística e não o Ministério da Defesa Nacional. Mas admito que, obviamente, tenha havido, da parte política e da parte de estratégia, indicações claras para reforçarmos a segurança e as medidas de segurança.

Quanto à questão do paiol com mais relevância, Sr. Deputado, não sou capaz de responder a essa pergunta porque, para mim, os paióis são todos iguais. Isto de meter munições num paiol é uma coisa muito séria e só pessoal devidamente habilitado é que consegue saber qual é a carga explosiva por paiol. Podemos ter um paiol apenas com uma palete de munições, porque isto é tudo muito relativo, mas, claramente, onde estão os mísseis e outros artigos mais críticos, obviamente... mas não lhe sei dizer onde é que se encontram armazenados esses artigos. Não sou capaz! Em 42 paióis, 25 milhões de artigos destes é muita coisa.

Quanto à questão das 20 horas sem rondas, Sr. Deputado, claro que é uma coisa que, para mim, é inimaginável. Vamos lá ver, também não sei se aconteceu, baseio-me nas informações que têm vindo a público, mas não sei se foi bem assim.

Como disse há alguns minutos, qualquer um de nós tem um espírito de missão que consiste em fazer o melhor que sabe e que pode — bem! —, com os recursos que tem, porque os recursos são sempre escassos. Sejam eles financeiros, humanos ou materiais, os recursos são sempre escassos. Portanto, a nossa matriz é a seguinte: fazer bem e contribuir para que o cumprimento da missão seja bem-sucedido. Todos nós ficamos a lucrar com isto.

O conjunto de militares que eu tinha na UAGME sempre me deu garantias e a confiança máxima, porque quase nem era preciso dar uma ordem. Por simpatia, tinha logo uma série de voluntários a fazer, até, a desmatação da Serra de Sintra, num fim de semana, e isto é só para dar a ideia da fibra que eu tinha nos meus homens.

Sr. Deputado, não sei se houve alguma pergunta a que não tenha respondido...

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Está tudo, obrigado.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Quanto à pergunta do Sr. Deputado João Vasconcelos, sobre se alterámos os procedimentos, é evidente que a questão das rondas foi pertinente e as indicações que nós... Mas isto é para Tancos ou é para o universo da UAGME, Sr. Deputado?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Para Tancos.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — É evidente que houve um reforço de pessoal e houve até a implementação de postos de sentinela fixos junto aos paióis que tinham sido violados. Estive lá, presencialmente, e vi.

Quanto à minha exoneração e ao que senti, já disse aquilo que senti, Sr. Deputado, mas não o vou manifestar. É uma decisão do General Chefe que respeito. Respeitei e respeito, porque o Sr. General Chefe teria, com certeza, dados e elementos que o levaram a tomar aquela decisão.

Sobre se tive manifestações de apoio, como o Sr. Deputado deve calcular, já andamos aqui há muitos anos e conhecemo-nos desde a

Academia, pelo que há um sentido de camaradagem muito forte... Não posso adiantar mais.

Quanto à estratégia de comunicação desta decisão do Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército, posso adiantar o seguinte: no dia 1 de julho de 2017, o Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército telefonou-me a informar que iria anunciar a minha exoneração num canal público e eu acatei aquilo de uma forma... não direi normal, mas um militar tem de estar pronto para quase tudo e esta decisão do Sr. General insere-se neste espetro do quase tudo!

Portanto, a minha consciência é o que é, mas só tenho de cumprir as ordens e as decisões do meu General, que é o meu chefe. No mesmo dia, fui informado pelo meu escalão hierárquico e técnico de que teria de me apresentar, na segunda-feira, dia 3 de julho, no gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército para uma audiência.

Aí, o nosso General explicou-nos de uma forma muito clara o porquê disto tudo e até transcrevi para aqui o que dizia no despacho, porque foi mesmo isto que o Sr. General me disse: «o último parágrafo do meu despacho é o motivo pelo qual eu vos exonerei». Se me permitirem, passo a ler: «apurar, com o máximo de rigor possível, a materialidade dos fatos ocorridos, bem como causas e autores, através dos processos de averiguação, inspeção e inquérito instaurados para esse efeito, sendo indispensável que as diligências decorressem sem quaisquer constrangimentos de qualquer natureza.»

Após esta conversa rápida, também fiquei com a ideia de que iria haver uma grande rapidez na conclusão deste processo de averiguações, findo o qual o Sr. General mantinha a confiança nos comandantes que exonerou e que eram os seguinte: o Coronel Amorim Ribeiro, da UAGME, o Sr. Coronel Paulo de Almeida, do Regimento de Engenharia n.º 1, o Sr. Coronel Peixeiro, do Regimento de Paraquedistas, o Sr. Coronel Duarte do Regimento de

Infantaria n.º 15, e o Sr. Tenente-Coronel Correia, da Unidade de Apoio da Brigada de Ação Rápida.

Quanto às outras afirmações do Sr. General Chefe, do desleixo... uma vez mais, respeito as decisões e as ordens dos meus superiores. Se concordo ou não, isso é uma questão minha, mas aceito, porque o Sr. General está num patamar muito acima do meu e sabe coisas que eu nem imagino. Portanto, respeito.

Sr. Deputado, não sei se já respondi a todas as suas questões...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sim.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — ... porque não é fácil está aqui a apontá-las. Ainda não tenho esse curso...

O Sr. **Presidente**: — De estenografia.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Exatamente! Mas agradeço as suas questões, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Telmo Correia, efetivamente, tendo, em 2006, sido classificado o sistema de videovigilância e, antes, o de deteção de movimentos, também me causa estranheza, a mim, como é que não se tenha feito algo mais cedo. Mas, como lhe disse há alguns minutos, o Exército tem um património muito vasto, tem um orçamento que não é muito volumoso e, naturalmente, quem estabelece as prioridades deu ordens para que o investimento fosse feito noutras prioridades, que não estas. Mas esta é a minha opinião pessoal.

Quanto à cassete, efetivamente, é absurdo e bizarro, mas é como lhe estou a dizer. Reforço a ideia da minha decisão porque, e volto a repetir, em outubro de 2016, começámos a ter reuniões muito claras e objetivas sobre a

implementação de um novo sistema de videovigilância. Foi feita uma proposta, foram tomados passos importantes.

Mas, naturalmente, se não houver o vil metal e outros condicionantes, é complicado. Nomeadamente, é preciso fazer um caderno de encargos, é preciso lançar o procedimento e há um *timing* a partir do qual, independentemente de termos o caderno de encargos pronto e de termos o financiamento, há sempre o risco de haver um competidor, um concorrente, que apresente um recurso e isto é uma grande chatice.

Se calhar, haveria alguém com a competência necessária que pudesse dizer «isto é um ajuste direto e ponto final». A minha competência sei qual era, sem dinheiro, mas quem tinha a competência, com dinheiro, não sei e, efetivamente, acho estranho não se ter feito algo. Isto, falando sinceramente.

Para mim, a justificação é esta: apesar de se terem dado passos importantes, depois, era preciso materializar isso com as peças processuais dos concursos que estão no código de contratação pública, que cada vez é mais rigoroso e mais apertado, e, se calhar, para situações dessas deveria haver uma exceção excecional, passo o pleonasma.

Mas isto é o Coronel Ribeiro a falar, aqui, de uma forma aberta, clara, precisa e concisa, como eu disse, como na tropa. Alguém que tenha mais informação, mais conhecimento mais *know-how*, poderá fundamentar melhor esta... falta-me a expressão... este «inconseguinto».

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Conhecemos bem essa expressão.

Risos.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Pronto. Passo a expressão, passo a citação e acho que não me enganei.

Sr. Deputado, não sei se respondi a todas as suas perguntas e se fui capaz de esclarecer?

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, se me permite, uma vez que fui diretamente interpelado pelo Sr. Coronel, tenho de responder que não... Quer dizer, perguntei-lhe concretamente quem teria essa tal competência. Diz-me o Sr. Coronel que, sem dinheiro, fez o que pôde, mas que quem tinha a competência é que deveria ter tomado essa decisão. Assim, pergunto-lhe quem tinha essa competência.

Depois, fiz-lhe duas perguntas: uma sobre a unidade de comando e outra sobre o encerramento de Tancos, ou seja, o custo que teria pôr Tancos a funcionar como deve ser e a opção, que foi por Santa Margarida, com um custo de 4,5 milhões de euros.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado, sobre a competência, não sei, porque não imagino, sequer, a estimativa de custos para fazer esta modificação. Não sei! Tendo em conta a estimativa de custos que eventualmente haja, é ver quem é a entidade que tem a competência para autorizar a realização da despesa, porque eu não sou capaz de quantificar quanto custaria pôr um sistema de videovigilância novo nos Paióis de Tancos.

A pergunta que já fiz e à qual ninguém me respondeu foi esta: porque é que não fizeram logo a rede toda? Mas isso... alguém tem de justificar porque é que o fazem por partes, isto é, porque é que fizeram um terço da rede em vez de fazerem os três terços. Mas isso, como lhe disse, é uma interrogação minha e uma reflexão a fazer, eventualmente.

Sr. Deputado, quanto à questão de Santa Margarida e de Tancos, isto das obras é como nas nossas casas, só quando acabam é que chegamos à conclusão do que é que se investiu. Recordo-me que, numa primeira fase,

era para fazer, apenas e só, a substituição da rede, mas, depois, houve uma decisão de alguém que disse «vamos apostar fortemente nos Paióis de Santa Margarida, porque merecem aquele investimento».

Agora, se no balanço entre o investimento em Santa Margarida ou em Tancos... do que conheço de Tancos, pela sua especificidade e tendo em consideração e respeitando os projetistas daquela obra, sei que é uma infraestrutura que, na minha opinião, não pode ser abandonada e desativada. Pelo contrário, porque, neste momento, precisamos de espaço para ter as munições.

Não há qualquer risco de segurança, mas temos paióis no limite da sua capacidade. Portanto, obviamente que temos de ter mais espaço... e ninguém sabe o futuro. O futuro a Deus pertence, mas quem sabe se amanhã não vamos ter a necessidade de ter mais munições, explosivos, artifícios de fogo... E eu, se calhar, já não estarei cá...

Ora bem, agora, tenho de socorrer-me dos meus apontamentos... Ainda não estou cansado, mas para lá caminho.

Portanto, o que eu disse foi o seguinte: no dia 29 de novembro houve uma reunião nos Paióis Nacionais de Tancos e de Santa Margarida com vista a definirem-se os requisitos técnicos do sistema de videovigilância, embora a ideia já fosse muito consolidada.

Quanto a mim, a solução técnica estava encontrada, mas o que impediu a sua concretização — e, obviamente, isto sou eu, Coronel Ribeiro, a falar — foi a falta de financiamento e a tal preparação das peças para se lançar o procedimento, porque isto não é ir só ao mercado, tem de haver caderno de encargos, os critérios de adjudicação, os júris, essas coisas todas.

Esta é a minha opinião. Eu não fui «briefado» por ninguém, mas tenho a minha ideia.

O Sr. General Chefe, no dia 8 de março, fez uma visita aos paióis, na sequência da audiência que me concedeu e onde todos os comandantes

relataram o que lhes ia na alma e na minha alma iam algumas coisas. O Sr. General Chefe ficou sensibilizado, disso não me posso esquecer, e de imediato ordenou uma visita à UAGME onde o Comandante e o Estado-Maior detalhassem com pormenor todas as preocupações. Todas! Não foi só de Tancos; foi de todas! Mas eu aqui só trago as dos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. General sempre que fazia uma visita ou uma destas suas atividades tinha sempre alguém que fazia um apontamento do que de mais importante se passava. E emitiu um despacho, que é um documento reservado, obviamente, de que a minha cadeia funcional, técnica hierárquica teve conhecimento e fez-me chegar, até para eu ir informando do andamento dos trabalhos. Isto faz parte também da minha ação de comando, que é ver em que estado estão as obras, porque, como eu disse, em 2016, iniciaram-se duas obras: a substituição de um terço da rede do perímetro de Tancos; e reparações no paiolim e em dois paióis.

Este era um plano de atividades que estava planeado e que era para ser executado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — A pergunta era: quem é que teve, para além do Sr. Coronel?

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Como lhe disse, o meu comando funcional, técnico e hierárquico: o Comando da Logística e a Direção de Material e Transportes.

Penso que não tenho mais nenhuma resposta para dar, a menos que tenha passado alguma.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Coronel.

Teremos, agora, uma terceira e última ronda, dispondo cada grupo parlamentar de 3 minutos.

Para iniciar esta ronda, dou a palavra ao Sr. Deputado Leonel Costa.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Coronel, tenho duas questões para lhe colocar.

Sobre a primeira já se tem falado e anda-se muito à volta dela e vou pegar em algumas palavras suas para a enquadrar. O Sr. Coronel há pouco disse que, relativamente à implementação do SICAVE e a intervenções e reparações nos Paióis Nacionais de Tancos, em 2016 havia orçamento, disse até que estava convicto que o SICAVE estaria em funcionamento em 2017 e depois disse também – e nós registámos – que não havia dinheiro. Ou seja, havia orçamento, mas não havia dinheiro.

Por isso pergunto o que é que aconteceu: terão sido cativações da parte do Ministério das Finanças, ou terá um simples atraso na transição de saldos do ano anterior que impediram a concretização desta sua convicção de que, em 2017, ter o SICAVE a funcionar?

A segunda questão tem a ver com um tema que já foi abordado e que respeita à inventariação do material quanto ao controlo de entradas e de saídas.

A minha questão em concreto visa saber como é que era feito o controlo da saída de material e, depois, da sua devolução ou não relativamente às missões militares no estrangeiro. E digo isto porque o Sr. Comandante, há pouco, disse, e cito, «que estas missões têm necessidades insaciáveis em que muitas das vezes era preciso supri-las até fora do horário.»

Pergunto: como é que isto acontecia? Como é que era feito este controlo? Como é que, depois, era feita esta transposição para o inventário geral ou do paiol em questão? Quando este material sai e, depois, volta a

entrar, como é que se consegue conferir que o material que saiu é precisamente aquele que foi devolvido? Há essa possibilidade? Concretamente pergunto como é que se consegue controlar se determinada caixa de munições que sai é a mesma e não outra idêntica que entra?

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar esta terceira ronda, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Gomes.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente.

Começo por agradecer ao Sr. Coronel a disponibilidade para estar aqui connosco, a forma clara como respondeu e acredite que da nossa parte, da parte do Partido Socialista, entendemos o seu depoimento como bastante válido.

Queria deixar duas perguntas simples e rápidas, regozijando-me, desde já, pelo facto de ser mais um comandante, dos poucos, que teve conhecimento dos acontecimentos sem ser pela comunicação social. Aliás, também é importante relevar isto, porque todos os Srs. Comandantes souberam pela comunicação social deste roubo.

Sr. Coronel, pergunto-lhe se, na sua opinião, qual foi o objetivo do roubo, tendo em conta as características do material existente naqueles paióis?

Pergunto-lhe, ainda, se não considera suspeito ou anormal, no período em que aconteceu o roubo, um comandante da guarda afirmar e informar perante os restantes soldados que só ele é que iria realizar as rondas e que os soldados não tinham de se preocupar com isso, pois ele próprio faria a ronda da manhã e a outra da tarde?

Sendo assim, para que serviam os restantes soldados que estavam encarregues de fazer as guardas aos paióis? Tem conhecimento, no período em que comandou, se situações destas alguma vez aconteceram?

Muito obrigado, pela sua presença.

O Sr. **Presidente**: — Para responder a estas questões, tem a palavra o Sr. Coronel Amorim Ribeiro.

O Sr. Cor. Mat. **Manuel Duarte de Amorim Ribeiro**: — Sr. Deputado Leonel Costa, vamos, então, à sua primeira questão que tem a ver com o SICAVE, com eventuais cativações e com eventuais faltas de investimento.

Há pouco, o que disse foi o seguinte: nas reuniões que ocorreram em Tancos e Santa Margarida com vista à instalação do SICAVE tive conhecimento do projeto genérico. Não sei que verbas estariam envolvidas, nem tenho de saber.

Mas quando o Sr. General Chefe da Diretiva n.º 129/2016 informa que a primeira prioridade para instalação de SICAVE são os Paióis Nacionais de Tancos e de Santa Margarida – isto está nessa diretiva – e o CFT promoveu tudo para que tal ocorresse é evidente que alguém quando fez o plano de investimentos teve isto em conta.

Ninguém faz uma manifestação de necessidades se não estiver uma verba bem definida na rubrica, porque o orçamento vem em gavetas e aquilo só dá de determinada gaveta não dá de uma qualquer gaveta...

É por essa razão que eu disse que contava, em 2017, ter o sistema SICAVE a funcionar nos Paióis Nacionais de Tancos. Mas não sou capaz de responder se foi por alteração de prioridades de investimento, se foi por cativações que tal não aconteceu. Isso não sei, porque não tenho nenhuma ligação com a entidade que faz a gestão do orçamento do Exército nas suas várias fontes e várias rubricas. Não sei, sinceramente!

Quanto à inventariação de material, eu só vou responder pelo que se passa nos paióis da minha Unidade, porque das outras Unidades eu não sei,

embora, doutrinariamente, isto esteja muito bem estabelecido, os procedimentos estão bem definidos e é só cobrir pela frente, como costumamos dizer.

Uma vez processadas pela UAGME as guias de fornecimento, que são geradas na aplicação informática, as Unidades vão levantar os abastecimentos, neste caso as munições. As guias de fornecimento identificam com muita clareza as quantidades, os NNA, as nomenclaturas e o lote.

Quando as munições são distribuídas para as Unidades, estabelecimentos e órgãos do território nacional, forças nacionais destacadas, elas estão muito bem identificadas e se não forem consumidas regressam à UAGME onde há um órgão, que é o Grupo de Receção de Classificação e Alienação, que as classifica, porque as munições ou os materiais podem vir em condições não operacionais.

Estamos a falar em munições e as munições podem vir exatamente conforme foram fornecidas em cunhetes selados, lacrados e inviolados ou até munições avulso, mas há uma equipa de especialistas que faz essa avaliação e que propõe ao órgão gestor, a Direção de Material e Transportes, nunca à UAGME... A UAGME nisto é uma entidade meramente executante, só cumpre ordens, não sai da UAGME um parafuso, uma anilha que não seja devidamente autorizada pela guia de fornecimento, que é gerada na aplicação informática.

O controlo das existências é feito de imediato, portanto essas munições, quando regressam ao canal, passam por esse órgão de classificação que as avalia e diz se estão em condições e se podem voltar a entrar no canal de reabastecimento, mas a DMT é ela própria que, na aplicação, diz acabaram de entrar 10, 15, 20 ou 30 cunhetes de munições de calibre x , com o NNA tal, do lote tal e nós só temos de dizer qual é o paiol para onde é que elas vão, porque os explosivos e as munições não podem ser

armazenados de qualquer forma, são os especialistas que, olhando para as indicações que existem nos cunhetes, conseguem descrever qual o grupo de classe e risco das mesmas e não podem misturar alhos com bugalhos, passo a expressão.

Se determinada unidade consumiu as munições vai ter de fazer a tal declaração de consumo de munições onde diz que no dia tal no âmbito do exercício tal ou da operação tal disparou tantas munições do lote tal, da designação tal e com NSN tal. Isto é claríssimo!

Quanto às Unidades deviam ter igual procedimento.

Posso garantir-lhe que no tempo do meu comando nós nunca tivemos problemas com as munições, porque são materiais muito sensíveis, perigosos e tudo o que é explosivo, uma vez iniciado, origina uma grande quantidade de calor, pressão e é letal. Não podemos brincar com estas coisas.

Não sei se respondi à sua questão.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Jorge Gomes sobre o objetivo do roubo eu não sei se houve roubo. As entidades de investigação criminal estão a apurar os factos e irão com certeza tirar conclusões, mas vou dar a minha opinião.

Se foi um roubo é evidente que alguém que queria aquele material teria de ter um fim qualquer... Não era para coleção, julgo eu! Mas esta é uma opinião pessoal.

Sr. Deputado, quando à questão do Sr. Sargento da guarda ter tido esta conduta, eu não quero acreditar... Agora, o facto é que o seu Comandante agiu em conformidade, disciplinarmente atuou, e no foro criminal vamos ver o que se vai passar... Agora, eu não acredito que isto na UAGME, alguma vez, possa ter existido, porque, como lhe disse, a confiança que eu tinha nos meus homens era máxima e eles deram-me provas de que tudo fizeram para cumprirmos a missão.

Agora, a supervisão é uma coisa muito séria, tem de ser feita em qualquer atividade do nosso dia a dia, senão... Quando dou uma ordem a um meu subordinado, desde uma limpeza simples ou o que quer que seja, tem de haver, a seguir, uma supervisão... Se fez ou não fez...

Agora, a verificar-se isto, é gravíssimo, claro!

E posso dizer mais: na minha Unidade isto era impossível de acontecer, porque temos um sistema de supervisão infalível, que é um sistema como existe, passo a expressão, no Metro de Lisboa.

O soldado que faz as rondas tem de passar em determinados pontos que lhe são ditos aleatoriamente pelo sargento da guarda... E não tenho dúvidas, porque está tudo registado.

Espero ter respondido à sua questão, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Coronel Amorim Ribeiro pelas respostas dadas às questões colocadas pelas Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Antes de terminar a reunião, recordo apenas que voltaremos a reunir na próxima terça-feira pelas 18 horas.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 59 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.